

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**O AVANÇO DA SOJA NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO/RS À LUZ DA TEORIA DA  
BASE EXPORTADORA**

**INDRIEZA DA SILVA CURTINAZ**

Porto Alegre  
2021

**INDRIEZA DA SILVA CURTINAZ**

**O AVANÇO DA SOJA NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO/RS À LUZ DA TEORIA DA  
BASE EXPORTADORA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato

Porto Alegre  
2021

## CIP - Catalogação na Publicação

Curtinaz, Indrieza da Silva  
O avanço da soja no município de Dom Pedrito/RS à  
luz da Teoria da Base Exportadora / Indrieza da Silva  
Curtinaz. -- 2021.  
56 f.  
Orientador: Marcelo Antônio Conterato.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,  
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Soja. 2. Exportações. 3. Commodities. I.  
Conterato, Marcelo Antônio, orient. II. Título.

**INDRIEZA DA SILVA CURTINAZ**

**O AVANÇO DA SOJA NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO/RS À LUZ DA TEORIA DA  
BASE EXPORTADORA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato - Orientador  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daniela Dias Kuhn  
UFRGS

---

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Chico e Liliam, que sempre me incentivaram a ir atrás dos meus sonhos, a não perder minha essência e que deram todo apoio que eu precisei nesses 5 anos e meio, tanto emocional quanto financeiro, este diploma é para vocês!

Às minhas irmãs, Endiara e Andressa, muito obrigada por serem exemplo para mim, por me aconselharem a ficar tranquila que daria tudo certo, e deu!

Aos meus sobrinhos, Francisco, Anita, Sofia e Antônio, obrigada por serem as razões da alegria dos finais de semanas.

Ao meu amor, Luiz Filipe, obrigada por ser tão paciente, por ouvir todas as minhas angústias nas semanas de provas e na escrita do TCC, obrigada por acreditar no meu potencial e sempre me incentivar a ser melhor.

Aos meus avós que não estão mais nesse plano físico, tenho certeza que onde quer que estejam estão muito orgulhosos por mais uma neta formada!

Ao meu orientador, Prof. Marcelo, muito obrigada pela dedicação em me orientar e conduzir a realização deste trabalho, agradeço profundamente por encarar esse desafio comigo.

## RESUMO

Na última década, o cultivo de soja avançou consideravelmente na Zona Sul do Rio Grande do Sul, configurando-se como um dos fenômenos mais perceptíveis na agricultura gaúcha. Diante desse cenário, foi escolhido como recorte empírico o município de Dom Pedrito, localizado na região da Campanha, que embora tenha sua formação econômica lastreada na pecuária e na orizicultura, apresentou uma significativa expansão nas áreas de cultivo de soja. Para demonstrar essas modificações produtivas no município, serão analisados dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE), bem como dados do Crédito Rural, disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, visando comparar a evolução da sojicultura frente aos cultivos locais característicos. Ademais, esse avanço da produção de soja se deu por conta do expressivo aumento de preços dessa *commodity*. Nesse sentido, o trabalho se norteará na teoria da base de exportação, de Douglass North, que atribui as modificações produtivas de determinada região às oscilações no mercado das suas exportações, isto é, segundo a teoria, a demanda pelas exportações, um fator exógeno, definiria os rumos produtivos locais. Assim, o foco do trabalho é apontar os fatores exógenos que propiciaram a valorização nos preços da soja, como a taxa de câmbio, a taxa de juros, a demanda chinesa em ascensão e o cenário pandêmico mundial. Nesse contexto, a expressiva expansão da produção de soja significa um aumento da dependência do município de Dom Pedrito em relações a fatores externos, ampliando os riscos para a economia local, tanto pela concentração de renda no meio rural, quanto pela especialização produtiva, que agrava as consequências de fatores climáticos e oscilações de preços.

**Palavras-chave:** Soja. Teoria da Base Exportadora. Exportações. *Commodities*.

## ABSTRACT

In the last decade, the soybean cultivation has advanced considerably in the Southern Zone of Rio Grande do Sul, being one of the most noticeable phenomena in state agriculture. Therefore, the municipality of Dom Pedrito, located in the Campanha's region, was chosen as an empirical feature, because although it has its economic background based on livestock and rice farming, it has shown a significant expansion in soybean cultivation areas. Then, to demonstrate these productive changes in the municipality, data from Municipal Agricultural Production (PAM/IBGE) will be analyzed, as well as data on Rural Credit, made available by the Central Bank of Brazil, aiming to compare the Evolution of soybean production in relation to characteristic local crops. Furthermore, this advance in soy production occurred because of the expressive increase in prices of this commodity. In this sense, the work will be guided by Douglass North's theory of export base, which attributes the productive changes of a given region to the oscillations in the Market of its exports, that is, according to the theory, the demand for exports, an exogenous factor, it would define the local productive paths. Thus, the focus of the study is to point out the exogenous factors that propelled the appreciation of soybean prices, such as the Exchange rate, interest rates, rising Chinese demand and the global pandemic scenario. In this context, the significant expansion of soy production means an increase in the dependence of the municipality of Dom Pedrito in relation to external factors, increasing the risks to the local economy, both due to the concentration of income in the rural area, as well as the productive specialization, which the consequences of climatic factors and price fluctuations.

**Keywords:** Soybean. Export Base Theory. Exports. Commodities.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Produção de soja e arroz no município de Dom Pedrito.....	27
<b>Quadro 2</b> – Dados da produção de soja no Brasil por década – 1999-2019.....	34
<b>Quadro 3</b> – Dados da produção de soja no Rio Grande do Sul por década – 1999-2019.....	35
<b>Quadro 4</b> – Destinos e valor da exportação de soja brasileira - por década, 1999-2019.....	44

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Evolução da área e quantidade produzida (em t) de soja no Brasil – 1974-2019.....	33
<b>Gráfico 2</b> – Evolução da produção de soja no RS – 1999-2019.....	36
<b>Gráfico 3</b> – Evolução da produção de soja em Dom Pedrito – 1998-2019.....	37
<b>Gráfico 4</b> – Evolução da produção de soja e arroz em Dom Pedrito – 1998-2019...38	
<b>Gráfico 5</b> – Crédito rural: custeio agrícola total, de soja e de arroz em Dom Pedrito por safra – 2013-2021.....	39
<b>Gráfico 6</b> – Crédito rural: composição do custeio agrícola e pecuário (em R\$), em Dom Pedrito, por safra.....	40
<b>Gráfico 7</b> – Evolução da série de preços do arroz e da soja (em R\$) – 2006 – 2021.....	41
<b>Gráfico 8</b> – Preço da soja em R\$ x Taxa SELIC - 1998 – 2021.....	43

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>13</b>
2.1	Teoria da base de exportação .....	13
2.2	A formação econômica da Região Sul do RS.....	17
2.2.1	O histórico de cultivos do município de Dom Pedrito.....	24
2.3	Panorama do cultivo de <i>commodities</i> agrícolas.....	27
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>31</b>
<b>4</b>	<b>DISCUSSÃO E DADOS</b> .....	<b>31</b>
4.1	O aumento da produção de soja.....	31
4.2	Fatores exógenos e o preço das <i>commodities</i> agrícolas.....	41
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>46</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O aumento da população mundial que, segundo estimativa da FAO<sup>1</sup> (2020), deve atingir 10 bilhões até 2050, acarreta o crescimento da demanda global por alimentos. Nesse contexto, conforme Bráz (2018), com a alta do preço das *commodities* observa-se um aumento da produção de produtos primários. Entre essas *commodities* encontra-se a soja, cuja produção vem crescendo anualmente. Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)<sup>2</sup>, a previsão é que na safra 2020/21 a área cultivada seja de 38,3 milhões de hectares, um aumento de 3,6% em relação à safra anterior e que a produção total chegue a 133,8 milhões de toneladas (CONAB, 2021a).

Dentro deste cenário, o Rio Grande do Sul é responsável pela segunda maior área plantada de soja do Brasil, com 6,1 milhões de hectares. Ainda de acordo com a CONAB (2021a), observa-se um acréscimo considerável de 75,4% de produtividade na safra 2020/21 comparada à safra 2019/20. Além da soja, o Estado também se destaca na produção de arroz, trigo, milho, na pecuária e na silvicultura, o que pode indicar uma tendência de “reprimarização” da pauta exportadora da economia gaúcha, dado que, conforme Schuh et al. (2017), esse processo manifesta-se na intensificação da exportação de *commodities*, de produtos primários, de manufaturas com baixo valor adicionado e/ou baixo conteúdo tecnológico.

Segundo Bráz (2018), no período recente, a pauta de exportação do país atuou de forma em que produtos primários foram favorecidos. Ainda, Prates (2007) confirma que esse processo é prejudicial para a economia brasileira, visto que a elasticidade-renda da demanda por bens primários é menor do que os industrializados (BRÁZ, 2018). Além disso, Belik (2015) e Delgado (2012) observam que ao adotar esse modelo

---

<sup>1</sup> FAO - A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla do inglês Food and Agriculture Organization) é uma das agências das Nações Unidas, a qual lidera esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza. Composta por 194 Estados-membros, mais a União Europeia (UE) e, com presença em mais de 130 países, a organização funciona como um fórum neutro, onde todas as nações que a compõe possuem peso igualitário no que tange às estratégias e decisões, pois proporciona a todos os seus integrantes oportunidades para elaborar e discutirem políticas ligadas à agricultura e alimentação.

<sup>2</sup> CONAB – A Companhia Nacional de Abastecimento é uma empresa pública com sede em Brasília, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A Companhia foi criada por meio da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão de três empresas públicas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). Suas atividades foram iniciadas em 1º de janeiro de 1991, com capital 100% do Tesouro Nacional.

de desenvolvimento agrícola, o país tem seu desenvolvimento conduzido por agentes externos, ocasionando uma subordinação da produção local a interesses externos.

Nesse sentido, esta pesquisa utilizará como lastro a Teoria da Base de Exportação, desenvolvida por Douglass C. North, que destaca as exportações como fator chave para o crescimento de uma determinada região. Segundo Souza (1980), as atividades voltadas ao atendimento do mercado externo independem do nível de renda interna e constituem o motor do crescimento regional, porque geram um efeito multiplicador sobre as atividades de mercado local, que dependem delas. Portanto, de acordo com essa teoria, a variável crescimento da região seria um fator exógeno, isto é, fora de seu controle, o que induziria determinadas regiões a crescerem mesmo sem o aumento do poder de compra dos residentes (FERREIRA; MEDEIROS, 2016)

Conforme Oderich e Waquil (2019), o fim da década de 1990 e o início dos anos 2000 marcaram, no Brasil, o começo de um novo ciclo de expansão do setor primário-exportador. A soja foi escalada entre *commodities* para equilibrar a balança comercial, sendo o produto cuja área cultivada apresentou maior crescimento, de 14 para 38 milhões de hectares entre 2000 e 2021, conforme dados da CONAB (2021a). No Rio Grande do Sul, no mesmo período de observação, houve um salto de 3 para 6 milhões de hectares cultivados com o grão. Ainda de acordo com Oderich e Waquil (2019), tal expansão efetivou-se principalmente por meio da substituição de outros cultivos e pelo alastramento das lavouras de soja pelo bioma pampa, tradicionalmente ocupado pela pecuária bovina.

Em termos econômicos, a soja ocupa a primeira posição na pauta exportadora do Brasil e do Rio Grande do Sul (RS), correspondendo a 14% e 21%, respectivamente, das exportações, segundo Ministério da Economia (2020)<sup>3</sup>. No estado, em 2019, o Valor Bruto da Produção (VBP) de soja foi de R\$23.118 milhões, o que equivale a 39,3% do VBP da Agropecuária no estado. A relevância econômica da soja é ainda maior ao considerarmos os municípios do Rio Grande do Sul onde o grão é efetivamente produzido.

---

<sup>3</sup> Ministério da Economia, a Medida Provisória 870, de 1º de janeiro de 2019 estabeleceu a nova estrutura do Governo Federal. Dentro da organização dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios, foi criado o Ministério da Economia, integrando atribuições dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e do Trabalho. Os dados são disponibilizados no site Comex Stat, plataforma de consulta de dados sobre exportações brasileiras.

O estudo tem como objetivo investigar a mudança no uso da terra no município de Dom Pedrito/RS, analisando o avanço da produção de *commodities* agrícolas, com ênfase nos estímulos que ocasionaram essa modificação produtiva. A partir desse referencial teórico, serão analisados os dados de produção e crédito rural do município a partir de 2000.

Fundado em 1872, o município de Dom Pedrito localiza-se na Microrregião Campanha Meridional, no Sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, tendo como regiões intermediária e imediata, Pelotas e Bagé, respectivamente (IBGE, 2020). Com população estimada pelo IBGE (2020) em 38,3 mil pessoas, a densidade demográfica do município fica em 7,49 habitantes/km<sup>2</sup> (IBGE, 2020). Ainda de acordo com o IBGE, em 2018, o PIB per capita de Dom Pedrito foi de R\$ 34,3 mil e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) correspondia a 0,708 IBGE (2010).

Com área total de 5.194,051 km<sup>2</sup>, o município integra o Bioma Pampa e tem a economia baseada, fundamentalmente, no agronegócio, com destaque para a bovinocultura, a soja e o arroz. Em relação ao número de estabelecimentos agropecuários, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017) são 1.119 estabelecimentos em Dom Pedrito, com uma área total de 469,8 mil hectares. Nesse cenário, 29,4% dos estabelecimentos cultivam lavouras temporárias e 28,8% do total estabelecimentos obteve financiamentos/empréstimos.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Teoria da Base de Exportação**

Conforme Ferreira e Medeiros (2016), a teoria da base de exportação, apesar de já ter sido mencionada por autores anteriores, foi evidenciada por Douglass North em sua tentativa de demonstrar a inadequação da teoria de crescimento econômico regional. Para isso, North realizou uma análise histórica do desenvolvimento das regiões norte-americanas, desenvolvida em seu artigo teoria da localização e crescimento regional, publicado em 1955.

De acordo com a teoria do crescimento regional, uma região percorre diferentes estágios durante seu processo de desenvolvimento, iniciando por atividades de subsistência, na sequência enfrentaria uma diversificação da produção agrícola

(consequência da expansão do comércio inter-regional). O terceiro estágio seria atingir a industrialização e, por fim, alcançar uma especialização em atividades terciárias, produzindo, principalmente, para o mercado externo (FERREIRA; MEDEIROS, 2016).

Para North (1955 apud FERREIRA; MEDEIROS, 2016), esses estágios não são observados na realidade, refutando-os através da descrição do processo histórico de desenvolvimento de regiões norte-americanas e destacando o modelo colonizador capitalista dos Estados Unidos, com o crescimento regional determinado pelo mercado mundial. Assim, enfatiza que o objetivo básico era explorar o território com o intuito de produzir bens comercializáveis no exterior (nesse caso, mais especificamente trigo e madeira), visando a obtenção de renda monetária, não sendo observada a etapa de subsistência.

North (1955 apud FERREIRA; MEDEIROS, 2016) destaca ainda que a demanda pelo artigo de exportação era um fator exógeno, ou seja, fora do controle da região. No entanto, os custos de produção poderiam ser reduzidos, visando melhorar a competitividade dos produtos exportados, sobre isso, North (1955) aponta que, em torno de uma base exportadora, se desenvolvem economias externas que se dedicam à melhoria da posição do custo competitivo.

Lins et al. (2012) menciona que o crescimento de uma região está diretamente ligado ao desempenho de suas exportações, derivando fundamentalmente de dois fatores: da melhoria da posição das exportações já existentes, em relação às áreas competitivas e; do resultado do desenvolvimento de novos produtos de exportação. North (1955), ressalta o importante papel desempenhado pela base de exportação na determinação do nível de renda das regiões. Lins et al. (2012) e Ferreira e Medeiros (2016) apontam ainda a passividade dos setores secundário e terciário (que não fazem parte da base exportadora), visto que se destinavam somente ao consumo local, tendo seu desempenho vinculado ao desempenho da base de exportação.

Em relação ao processo de industrialização, estágio importante da teoria do crescimento regional, North (1955, apud FERREIRA; MEDEIROS, 2016) conclui que nem todas as regiões necessitam passar por esse processo para permanecerem crescendo, ou seja, uma região pode ter continuidade em seu crescimento sem abandonar as atividades agrícolas. O autor acrescenta ainda que, automaticamente,

haverá o desenvolvimento de atividades secundárias e terciárias decorrentes de vantagens locacionais inerentes à região.

A Teoria da Base de Exportação afirma que os níveis de produção e de emprego de uma região dependem de suas atividades exportadoras, as quais dependem, por sua vez, da procura externa e das vantagens comparativas da região, variáveis que o modelo considera exógenas, isto é, que a região não pode influenciar (POLÈSE, 1998 apud BELLINGIERI, 2017, p.12).

Segundo North (1955, apud CRUZ et al., 2011), um dos principais expoentes dessa teoria, “a atividade de exportação induz o surgimento de polos de distribuição e cidades, nas quais começam a se desenvolver atividades de processamento industrial e serviços associados ao produto de exportação”. Ainda de acordo com North (1955), a diversificação setorial não é uma consequência do esgotamento do setor primário, e sim o resultado do sucesso das atividades de base. Ou seja, para esse autor, a industrialização não garante a continuidade do desenvolvimento regional, uma vez que ela decorre do sucesso da base exportadora.

Ferreira e Medeiros (2016), em relação à vitalidade das atividades básicas (orientadas ao mercado externo) para o crescimento de uma região, aponta que se deve examinar detalhadamente as razões do crescimento, declínio e mudança da base de exportação:

North (1955, p. 308) aponta que “o declínio de um produto de exportação deve ser acompanhado pelo crescimento de outros, ou então, a região ficará enclausurada”. Neste sentido, North (1955), destaca as principais razões para a decadência de um produto de exportação, podem ser citados: a alteração na demanda externa à região, a exaustão de um recurso natural, os custos crescentes dos fatores terra ou trabalho, em relação aos de uma região concorrente, assim como, inovações tecnológicas que modifiquem a composição relativa dos insumos. (FERREIRA; MEDEIROS, 2016, p. 240-241)

Conforme Belluzzo, Frischtak e Laplane (2014), sobre o desenvolvimento econômico em países com abundância de recursos naturais, o que por alguns autores é considerada uma maldição,<sup>4</sup> defendem que o impacto econômico da abundância de recursos naturais nos países não está dado a priori, na medida em que nenhum país

---

<sup>4</sup> Há anos que a literatura do desenvolvimento econômico aponta para a possibilidade de que a abundância de recursos naturais seria na realidade não uma dádiva, mas uma “maldição”, esta hipótese foi reforçada pelos países do sudeste da Ásia que experimentaram elevadas taxas de crescimento no pós-guerra, e cujo arquétipo foi o Japão: um conjunto de ilhas cujo único ativo “natural” seria sua população (FRISCHTAK E BELLUZZO, 2014)

está necessariamente acorrentado ao passado. Ainda, a experiência histórica indica que o processo de desenvolvimento é o esforço de superar as amarras da escassez, dos limites impostos pela falta de informação e conhecimento e pela fragilidade e qualidade da representação política, por meio da construção de instituições direcionadas ao interesse comum (BELLUZZO, FRISCHTAK E LAPLANE, 2014). Sendo, em última instância, o que possibilita a expansão da fronteira econômica e o aumento da produtividade, com base nas infraestruturas que integrem o espaço econômico, no investimento em capital humano (saúde e educação) e em ciência e tecnologia.

De acordo com Belluzzo, Frischtak e Laplane (2014), várias seriam as formas pelas quais a produção de commodities pode levar ao surgimento na economia doméstica de segmentos sofisticados e diferenciados, seja como resultado do processo de formação de “clusters” de empresas provedoras de bens e serviços, ou de redes calcadas na inovação. Conforme os autores, historicamente, alguns elementos foram essenciais para a formação e consolidação do novo tecido econômico, como ilustração dessa afirmação, Belluzzo, Frischtak e Laplane (2014) citam a experiência de países que utilizaram as vantagens iniciais na produção e exportação de recursos naturais para promover, apoiar ou facilitar a emergência de segmentos inovadores a montante e a jusante do setor âncora, como os Estados Unidos, a Suécia e a Finlândia.

Ferraz e Marques (2014) apontam que, para o caso brasileiro, ponderando a grande participação dos produtos intensivos em recursos naturais na produção industrial e na pauta de exportação, é necessário considerar o nível de diversificação da estrutura industrial já alcançado e o porte da economia brasileira. Assim, para os autores, o país rumar para uma trajetória de desenvolvimento que o torne especializado em um pequeno leque de produtos significaria mudanças estruturais em proporções inimagináveis.

Ainda, Frischtak e Belluzzo (2014) afirmam que, de acordo com as evidências empíricas, o fundamento da apropriação dos benefícios por países com uma ampla base de recursos naturais é um investimento sistemático em conhecimento, com ênfase na dimensão técnica e científica, uma vez ultrapassados os desafios da universalização da educação básica. Segundo os autores, a esse elemento essencial deve ser

adicionado um padrão de governabilidade que preze pela transparência e uso judicioso das sobre-rendas obtidas da exploração dos recursos naturais, de modo a maximizar o impacto positivo das fortes vantagens comparativas calcadas em recursos naturais tanto no plano da economia como da sociedade (FRISCHTAK E BELLUZZO, 2014).

## **2.2 A formação econômica da Região Sul do Rio Grande do Sul**

De acordo com Verschoore (2000), ao longo da história, o Rio Grande do Sul foi caracterizado como um Estado fornecedor de produtos primários. Hentz (2013), afirmando a influência da formação econômica da Região Sul no seu desenvolvimento econômico, menciona Rocha (2011) que ressalta a relevância que a lógica mercantilista, em vigor na Europa, durante o século XV, teve sobre a busca de novos territórios e metais preciosos. Nesta época foi assinado o Tratado de Tordesilhas (1494), o qual definiu que a posse sobre as terras deveria ocorrer com a ocupação de fato, despertando a atenção dos espanhóis e portugueses para o Sul do Brasil, porém, pela ausência de reservas minerais e/ou alguma iguaria importante para a metrópole, a Coroa perdeu interesse sobre a região nesse período.

Conforme Hentz (2013), Rocha (2011) e Alves e Silveira (2008), os primeiros indícios de criação de gado no Estado apareceram com os jesuítas, povoação de padres espanhóis instalada por volta de 1626. Os padres catequizaram a população indígena e introduziram-na ao ritmo de trabalho das reduções. Tal contingente de mão de obra despertou a atenção dos bandeirantes paulistas que necessitavam de escravos e acabaram por dizimar essa primeira povoação. Posteriormente, o gado abandonado nessas terras originou as Vacarias do Mar e dos Pinhais, imensas reservas que se estendiam até o litoral.

De acordo com Rocha (2011), com os Sete Povos das Missões, em 1682, os jesuítas retornaram ao Estado, recomeçando a criação bovina a partir do gado solto nas vacarias. No entanto, o Tratado de Madri (1750), expulsou os jesuítas da zona das Missões, a qual passou a pertencer aos portugueses. Houve resistência por parte dos indígenas em deixar as terras, resultando nas Guerras Guaraníticas e no massacre desta população. Mais uma vez, restou o enorme rebanho solto, reproduzindo-se livremente.

Rocha (2011) explana que, somente a partir do início do século XVII, com o ciclo do ouro na região de Minas Gerais, o Rio Grande do Sul passou a criar um vínculo econômico com o restante do Brasil. A impossibilidade de criação de gado nas zonas montanhosas da região mineradora, fez com que precisassem do gado do Rio Grande do Sul, fazendo com que a Coroa Portuguesa tivesse interesse na ocupação definitiva do território brasileiro.

Nesse sentido, Rocha (2011) menciona que Portugal distribuiu sesmarias a pessoas de confiança, geralmente oficiais do exército que serviram ao país. As extensas propriedades deveriam ser protegidas das investidas castelhanas por seus proprietários. Devido à falta de fiscalização e de exigências, em muitos casos um sujeito acabava recebendo mais de uma sesmaria. Os grandes lotes logo se converteram em estâncias, Rocha (2011) aponta que a pecuária foi uma opção produtiva que surgiu naturalmente entre os oficiais, considerando a abundância de cabeças de gado na região. Ainda, de acordo com Arend e Cário (2005), o desinteresse em investir em outras atividades relacionava-se ao clima recorrente de guerra dessa região fronteiriça.

Arend e Cário (2005) e Dalbianco, Brito e Neumann (2009) destacam a Lei de Terras, em 1850, como um dos processos que acentuou as desigualdades na região, visto que os procedimentos burocráticos exigidos para a legalização das terras propiciaram condutas ilícitas por parte dos grandes senhores de terras, os quais tomaram as propriedades dos pequenos proprietários. Assim, os mais pobres acabaram migrando para a cidade ou vivendo em condições precárias ao redor das estâncias.

Para Rocha (2011) e Cardoso (1997), foi a partir da segunda metade do século XIX que houve a possibilidade do uso mais sistematizado do gado nas estâncias, com a intensificação da indústria charqueadora. Apesar disso, os estancieiros não tinham interesse efetivo em buscar mecanismos que viabilizassem o aumento da produtividade da atividade pecuária. A pecuária de forma extensiva da Região Sul do Rio Grande do Sul, segundo Rocha (2011), mostrou-se estável e com lucros consideráveis ao longo do tempo, propagando entre os estancieiros uma mentalidade conservadora e avessa a investimentos

Para Rocha (2011), os estancieiros não investiram na agricultura pelo fato de o consumo dos habitantes da região ficar muito restrito a carne; pela origem militar dos

proprietários e o poder obtido com a posse dos latifúndios que difundiram a crença de que os trabalhos manuais da lavoura deveriam ser realizados por escravos e; a constatação de que as terras da Região Sul do Estado eram impróprias para a agricultura.

Conforme a atividade pecuária foi consolidando-se na Região Sul do Estado, Rocha (2011) destaca que as autoridades demonstraram preocupação em relação ao exclusivismo do setor pecuário para o desenvolvimento da região. Segundo Hentz (2013), havia uma baixa tendência à inovação e uma concentração de renda que acarretava expressivo número de desempregados e pobres, essa situação pode ser vislumbrada no discurso do antigo Ministro da Fazenda, Álvaro Baptista:

A nossa indústria mais rendosa, a qual produz mais o Estado e para os particulares é a do charque; mas é certo que é uma indústria transitória. O charque não transpõe ainda os limites das repúblicas platina e do Brasil, senão para ir a Cuba. É, portanto, uma indústria que tende a desaparecer; e, como nossa principal riqueza consiste na criação do gado, o futuro econômico do Rio Grande está ameaçado, e desde já cumpre-nos resolver o problema do emprego do nosso gado. (A FEDERAÇÃO, 1909, p.66, apud HENTZ, 2013, p. 32).

Conforme Hentz (2013) e Rocha (2011), na terceira década do século XIX, a produção do charque atinge proporções significativas, passando a ser a principal fonte de recursos para o Estado, consolidando como polos as cidades de Pelotas, pela quantidade de charqueadas, e Rio Grande, por possuir o porto para escoar a produção.

No entanto, de acordo com Hentz (2013), com a Independência do Brasil (1822), começaram a ocorrer embates entre os charqueadores e o Império brasileiro devido à taxa de importação do sal, principal insumo das charqueadas, culminando na Revolução Farroupilha (1835). Os grandes centros consumidores eram contra a manutenção dos preços do charque em altos patamares, o que estava ocorrendo tanto por conta das taxas de importação do sal, quanto pela Abolição da Escravatura (1888), que reduziu a demanda de charque pelos proprietários escravocratas, já que não eram mais obrigados a fornecer alimento aos escravos.

Para Ilha, Alves e Saravia (2002), a incapacidade das charqueadas e dos frigoríficos de sustentar um processo de crescimento ou introduzir alguma inovação colaborou para a estagnação definitiva da Região Sul do Rio Grande do Sul. Sobre isso, Rocha sentencia:

Os estancieiros da região, no princípio do século XX, exigiam do Estado uma política protecionista para o setor pecuário, pois acreditavam que a pecuária sendo a atividade predominante da economia do Rio Grande do Sul deveria ser socorrida [...] A economia da Metade Sul mostra-se, durante este período, incapaz de renovar e transformar sua base econômica, não alternando sua estrutura produtiva e inviabilizando a alavancagem no processo de desenvolvimento [...]. (ROCHA, 2011, p. 138-139)

Além disso, conforme Hentz (2013), as empresas da Metade Sul não fortaleceram uma ligação com o mercado regional e os consumidores com poder aquisitivo alocavam grande parte de seu consumo aos produtos importados, de melhor qualidade.

Arend (2013) e Hentz (2013) aprofundam a análise referente à estagnação da região e alega que a origem do problema pode ser explicada a partir da definição dos direitos de propriedade. A distribuição desses direitos na Metade Sul formou uma sociedade de latifundiários defensores do monopólio para suas atividades. Esta classe reivindicou, entre outras exigências, a criação de um frigorífico nacional que foi apoiada pelo governo gaúcho.

No entanto, conforme Hentz (2013), os frigoríficos que foram instalados eram de capital estrangeiro, bem como os bancos que vieram para o Rio Grande do Sul com o intuito de financiar o investimento do governo nos frigoríficos. Deste modo, os ganhos obtidos eram expatriados, gerando poucos multiplicadores e baixo dinamismo na região.

De acordo com Hentz (2013) e Rocha (2011), no final desse processo, o charque havia decaído da pauta de exportações, dando lugar à carne frigorificada. Os frigoríficos trouxeram consigo novas técnicas de produção que exigiam mudanças qualitativas na atividade pecuária. Todavia, mesmo com as reivindicações feitas pelo mercado internacional, a região não foi capaz, conforme Arend e Cário, de formar uma “ [...] empresa capitalista plenamente configurada que revolucionasse os meios de produção pecuária (ARENDE E CÁRIO, 2005, p. 86)”.

O novo contexto capitalista que vigorava no período ia de encontro à prática da política de imigração, que intencionava difundir o trabalho livre e contribuir com o povoamento das regiões periféricas. Conforme Arend e Cário (2005), por fazer frente ao latifúndio, esta política era de expressiva importância, pois consistia na distribuição de pequenos lotes. Dessa forma, segundo Hentz (2013), a Metade Norte teve uma lógica

de colonização completamente da Metade Sul, o que ocasionou diversas heterogeneidades entre as atividades econômicas realizadas, influenciando o tamanho das propriedades, sistemas produtivos, entre outros.

De acordo com Hentz (2013), a maior distribuição de renda na Metade Norte foi resultado do somatório da pequena propriedade com uma agricultura diversificada. Além disso, conforme Alves e Saravia (2002), a maior densidade populacional oriunda da presença dos minifúndios, proporcionou um mercado consumidor com poder aquisitivo para adquirir produtos das manufaturas simples da Metade Norte. Destarte, Rocha (2011) revela que os centros urbanos eram pequenos e situados próximos uns dos outros, ao contrário da Metade Sul que contava com grandes cidades rarefeitas.

Hentz (2013) mencionou sobre Ilha, Alves e Saravia:

O processo de urbanização a partir de uma base econômica calcada no setor primário foi prejudicial para a Metade Sul ao impedir o interior da região de reter a população local, resultando em uma urbanização precoce. O mais preocupante, entretanto, é que os autores constataram, através dos dados populacionais e de produto, que “[...] o processo de declínio encontra-se num estágio contínuo e prolongado, tanto em termos sociais como em termos econômicos, fato que torna extremamente necessária uma alternativa de reconversão” (ILHA, ALVES E SARAVIA 2002, p. 18).

O início da República Velha (1890-1930), de acordo com Ilha, Alves e Saravia (2002), trouxe consigo a redefinição do papel das economias regionais em favor de uma economia nacional voltada para o setor secundário. Rocha (2011) afirma que, o novo contexto social e as mudanças políticas se chocaram com os interesses da classe estancieira, que integrava o Partido Federalista, o qual possuía um discurso que enfatizava a importância que o setor da pecuária teve em períodos anteriores e parte do pressuposto de que este mesmo setor, devidamente apoiado, promoveria o desenvolvimento ao alcançar novos centros consumidores.

Os novos interesses do governo, de acordo com Rocha (2011) e Hentz (2013), eram refletidos pelo Partido Republicano, que possuía um viés calcado no positivismo. Seu projeto pretendia livrar o Rio Grande do Sul da dependência da pecuária, investindo na diversificação agrícola. Arend e Cário (2005) citam que este projeto ia de encontro ao tipo de cultivo praticado na Metade Norte. A implantação do novo projeto

ocorreu, embora com conflitos como a Revolução Federalista (1893), quando a classe de estancieiros tentou retomar seu poder. Sobre as revoltas que aconteceram, Arend (2006) visualiza a inserção de todas na mesma lógica:

No Rio Grande do Sul, os empresários da Campanha, sucessivamente, optaram por reformular os contratos no arcabouço institucional existente, ou seja, mudaram as regras do jogo através de mudanças nas regras formais. Economicamente, os empresários optaram por continuar atrelados ao salgamento da carne, não investindo recursos no processo de frigorificação. No período republicano, os empresários gaúchos da pecuária continuaram reformular contratos ao invés do rearranjo produtivo. As Guerras contra o Estado Regional, em 1893 e 1923, têm o mesmo sentido da Revolução Farroupilha: mudar as regras formais para maximizarem o retorno de suas atividades, em detrimento de atividades produtivas. Ao que parece, para a elite empresarial do Sul era melhor transferir a questão da mudança institucional para a arena política. Assim, a concorrência externa (mudança em preços relativos) podia até trazer consigo possíveis empresários perdedores no campo econômico, mas estes se utilizavam do artifício político para corrigir suas perdas, alterando a estrutura de preços relativos. (Arend, 2006, p. 15)

Rocha (2011) e Hentz (2013) afirmam que estas políticas de investimento permitiram abrir novos mercados para os produtos coloniais. Nesse sistema, houve uma transferência de excedentes econômicos do setor agrícola para o industrial, justificada por muitos estudiosos pela lógica empreendedora dos agentes imigrantes. De acordo com Ilha, Alves e Saravia (2002), o declínio da Metade sul pode ser entendido pela incapacidade que os capitais estabelecidos na região tiveram de se consolidar e promover sua expansão. Os setores da região gradualmente perderam a competitividade, principalmente pelo contexto de globalização em que os mercados estão interligados. A explicação dada pelos autores, é, então, a de que:

O declínio na Metade Sul em termos de industrialização, produção agropecuária, bem como no somatório do produto dos setores produtivos, encontra melhor explicação na falta de respostas da região frente às barreiras que foram impostas ao seu processo de desenvolvimento neste último século, além do pouco empreendedorismo da região. (ILHA, ALVES E SARAVIA, 2002, p. 17)

De acordo com Hentz (2013), entender a formação econômica da Metade sul gaúcha se faz necessário para melhor contextualizar a origem da exclusão que nela ocorre, não só em termos de renda, mas como no acesso a serviços básicos.

Conforme Verschoore (2000), a evolução do estudo econômico regional propiciou a formação das primeiras definições acerca de suas teorias e práticas, as quais faziam referência à constituição conceitual de região e à melhor divisão espacial a

ser utilizada. Nesse sentido, um dos obstáculos enfrentados deriva da amplitude territorial que a concepção de uma região assume, bem como a definição para o que constitui o conceito de região.

“A ciência regional é inseparável do conceito de região. Geógrafos e economistas trabalham há muito tempo sobre as diferentes interpretações que se pode dar à palavra região; em si mesma é tão vaga que se a utiliza igualmente como outras, tão pouco precisas como ‘distritos’, ‘território’ ou então ‘espaço’. Este conceito gera, portanto ‘a fortiori’ grandes dificuldades.” (Benko, 1999, p. 21).

De acordo com Verschoore (2000) e Isard (1973), a definição de uma região específica, em qualquer análise, terá que considerar as relações existentes entre os componentes internos e sua integração com as demais regiões consideradas. Terá que observar, também, seu aspecto dinâmico, pois as estruturas internas de uma região continuam sofrendo alterações com o decorrer do tempo. “A escolha de um tipo ideal de região, portanto, é determinada pelo objetivo que orienta a delimitação de um conjunto de regiões e pela estrutura global e grau de integração do sistema como um todo.” (Richardson, 1975, p. 227). As concepções de região não encerram o debate sobre o tema.

Comumente, a divisão do Rio Grande do Sul utilizada para fins de análise e pesquisas é entre as Metades Norte e Sul. No entanto, segundo os autores Alonso e Bandeira (1994) e Waquil e Filippi (2008) esta divisão é mais complexa, podendo-se identificar três regiões gaúchas: Nordeste, Norte e Sul. Ainda, de acordo com os autores, a Região Nordeste é formada pelo Eixo compreendido entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e a Aglomeração de Caxias do Sul, bem como as áreas de abrangência econômica dessas cidades.

Como mencionado por Verschoore (2000), a Região Nordeste teve sua colonização a partir da pequena propriedade que se transformou em um expressivo polo industrial, contando com aglomerações urbanas em seu entorno. Através de migração da sua população, as áreas coloniais presentes no Nordeste impulsionaram o desmembramento de alguns latifúndios, resultando em uma estrutura de pequenas e médias propriedades na Região Norte. Tal porção do Estado inicialmente contou com uma grande variedade de atividades, que deram lugar às lavouras mecanizadas de soja e trigo, que atualmente avançam em tecnologia e inovação para o aumento de produtividade.

Segundo Verschoore (2000), a estrutura fundiária caracterizada pela concentração de terras, na Região Sul, é um traço histórico-econômico que influenciou os aspectos comuns à região, como a distância entre os centros urbanos, a concentração de renda, o predomínio da pecuária e a baixa densidade populacional. Essa característica histórica da Região Sul, de predomínio da pecuária, vem se modificando nas últimas décadas, dada expansão do cultivo de soja e da silvicultura.

### **2.2.1 O histórico de cultivos do município de Dom Pedrito**

De acordo com Moreira (2019), a bovinocultura de corte, que teve início há quatro séculos no Rio Grande do Sul, vem superando diversas crises e transformando-se constantemente. No entanto, o modo de vida constituído a partir da atividade se mantém preservado até os dias hoje pelos pecuaristas de corte, bem como sua relevância na economia gaúcha (MOREIRA, 2019). A história de formação da Metade Sul do estado está diretamente relacionada com a pecuária de corte.

No município de Dom Pedrito, conforme Fontoura (2000), essa relação entre a formação histórica e a pecuária repete o padrão da Metade Sul do Rio Grande do Sul, ou seja, a pecuária se desenvolveu como economia subsidiária da ocupação militar do período colonial, visando a consolidação do território. De acordo com Barreto (2011), Dom Pedrito foi fundado como município em 1872, proveniente do município de Bagé. Na ocasião da fundação, já havia importantes estancieiros estabelecidos em seu território.

Barreto (2011) menciona que a partir das décadas finais do século XIX, a pecuária extensiva praticada nas estâncias, praticamente sem modernização alguma, desenvolvia-se como atividade econômica vantajosa, dada a disponibilidade de terras e gado que permitiam boa lucratividade aos estancieiros com a venda de tropas para as charqueadas recém surgidas. Num primeiro momento, os proprietários de estâncias de Dom Pedrito obtiveram grandes oportunidades de fornecimento de gado com a instalação de charqueadas nas cidades vizinhas, Bagé e Santana do Livramento, em 1884 e 1907, respectivamente.

Fontoura (2000) e Barreto (2011) comentam que, mesmo utilizando técnicas arcaicas e modo de produção não capitalista, a pecuária nos campos da Campanha

seguiu como a principal atividade até a década de 1970, quando começou a perder importância econômica frente a outras atividades agrícolas que passaram a ser desenvolvidas na região. Ainda segundo os autores, as conjunturas do mercado consumidor nacional e internacional garantiram a viabilidade da pecuária, mantendo-a como forte elemento da economia regional da Campanha.

De acordo com Barreto (2011), dentre os períodos de expansão dos mercados aparecem as duas Grandes Guerras<sup>5</sup>, oportunizando bons rendimentos aos produtores. Estimuladas pelo aumento da demanda da economia de guerra e na busca de mercados produtores com mão de obra barata e grande oferta de rebanhos, ao final da Primeira Guerra já haviam se instalado frigoríficos multinacionais no Rio Grande do Sul. Nesse período, os rebanhos de Dom Pedrito possuíam posição de destaque na cadeia de fornecimento do frigorífico Armour, em Livramento, dada a qualidade do rebanho bovino pedritense. Com a Segunda Grande Guerra, esse processo foi ampliado, segundo Barreto (2011) em 1938 foi instalada a charqueada em Dom Pedrito, na forma de uma cooperativa de produtores, com foco no mercado nacional.

A produção ovina, conforme Ribeiro (2009), teve sua produção viabilizada com o aumento do preço da lã, durante a Primeira Guerra Mundial. Desde então, vinha expandindo sua importância entre os produtores da Campanha. Já no início, Dom Pedrito foi um dos maiores produtores de lã, contando com um dos maiores rebanhos ovinos. Ainda segundo Ribeiro (2009), a ovinocultura teve grande importância para a economia das estâncias, pois absorvia um contingente significativo de trabalhadores e possibilitava uma diversificação produtiva, aumentando a renda dos produtores. No entanto, a partir da década de 1980, essa cultura passou a perder importância econômica no município de Dom Pedrito e na região da Campanha, dada as grandes transformações ocorridas no campo, com a substituição, em termos de importância, da pecuária pela agricultura.

A partir da década de 1970, com a crise sistemática da cadeia de produção da pecuária, passou a ocorrer a modernização agrícola na região da Campanha. Nesse contexto, Dom Pedrito, que já era então conhecida pelo potencial de seu para o desenvolvimento da agricultura, passou a produzir, por ordem decrescente de área

---

<sup>5</sup> Referindo-se à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e à Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

plantada, trigo, arroz, milho, sorgo, soja, batata doce, feijão e batatinha (RIBEIRO, 2009). Admite-se ainda que a produção de arroz se iniciou em meados de 1920, porém os primeiros dados produtivos de orizicultura no município datam de 1945, já com volumes expressivos (DOM PEDRITO, 1972).

Já a soja, segundo Oliveira e Vidal (2010), já havia sido experimentada no município em 1900, entretanto, não possuía grande importância econômica na época. O arroz era o destaque produtivo local, atuando como elemento modernizador da produção e das relações comerciais (grande parte da produção era exportada), visto que conforme o estudo Dom Pedrito (1972), os dados da produção e exportação de arroz demonstravam ser uma atividade de alto custo e lucratividade. Ribeiro (2009) salienta que nesse período estabeleceu-se o novo ciclo da produção agropecuária no município.

Conforme Ribeiro (2009), a partir da análise dos dados da Produção Agrícola Municipal<sup>6</sup> e do IBGE<sup>7</sup> (De 1959 a 2009), o arroz prevalece como cultura mais relevante em termos de valor de produção à economia de Dom Pedrito. Embora a área plantada de soja tenha sido, em 2019, três vezes maior que a área da orizicultura, 38.923 e 120.000 hectares, respectivamente (PAM, 2019), a produtividade do arroz é muito maior. Desse modo, mesmo com o triplo de área cultivada, a soja gerou R\$ 3 milhões a menos de valor da produção em comparação com o do arroz, R\$ 239 milhões e R\$ 242 milhões, respectivamente (PAM, 2019).

O avanço da soja em detrimento da contração do arroz em Dom Pedrito pode ser observado no Quadro 1, que demonstra a evolução de ambos os cultivos, por década, de 1999 a 2019.

---

<sup>6</sup> A Produção Agrícola Municipal - PAM teve início no Ministério da Agricultura em 1938. Suas informações eram levantadas pela Rede de Coleta do IBGE, cabendo ao Ministério a elaboração dos questionários, a apuração, a crítica e a divulgação dos resultados. Com a publicação do Decreto n. 73.482, de 17.01.1974, o Instituto tornou-se responsável por todas as fases da pesquisa a partir daquela data, bem como pelos demais inquéritos estatísticos relacionados ao setor agropecuário. A PAM é integrada ao Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, isto é: todos os dados referentes aos produtos agrícolas investigados pelo LSPA durante o ciclo da cultura migram automaticamente para a PAM, em 31.12, o que constitui uma consolidação anual dos dados mensais obtidos por aquele levantamento. Sua plataforma pode ser acessada pelo site do IBGE, na aba estatísticas de agricultura e pecuária.

<sup>7</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

**Quadro 1- Produção de soja e arroz no município de Dom Pedrito**

<b>SOJA</b>	<b>1999</b>	<b>△</b>	<b>2009</b>	<b>△</b>	<b>2019</b>
Área plantada	4000	437%	21492	458%	120000
Quantidade produzida (t)	5280	828%	49002	297%	194400
Valor da produção (em mil reais)	1323	2812%	38532	521%	239112
Percentual do valor no total	1,6	13,9	15,5	33,9	49,4
<b>ARROZ</b>	<b>1999</b>	<b>△</b>	<b>2009</b>	<b>△</b>	<b>2019</b>
Área plantada	40000	17%	46600	-16%	38923
Quantidade produzida (t)	284160	34%	381654	-25%	285033
Valor da produção (em mil reais)	79565	153%	201391	20%	242278
Percentual do valor no total	97,4	-16,5	80,9	-30,9	50

Fonte: Série histórica PAM – Produção Agrícola Municipal/IBGE. Elaborado pelo autor.

Ao analisar o Quadro 1, pode-se perceber que na última década a sojicultura teve um salto de 33,9 p.p. na participação do percentual do valor da produção total geral. No mesmo período, a orizicultura apresentou uma redução de 30,1 p.p. na mesma variável, o que demonstra uma variável praticamente indiretamente proporcional entre ambas. Tal tendência também foi observada na década de 1999/2009, embora a variação seja menor, a proporcionalidade indireta é perceptível.

Esse fenômeno de avanço da soja tem origem fundamentalmente em fatores exógenos à região, conforme a teoria da base de exportação. Nesse caso, o estímulo à mudança de cultura foi, essencialmente, a valorização dos preços da soja. Os motivos que levaram a esse aumento de preço serão explorados no decorrer desta pesquisa.

### **2.3 Panorama do cultivo de *commodities* agrícolas**

Segundo Martins (2009), *commodity* é uma palavra em inglês cujo significado genérico é “um artigo em comércio”. Sandroni (1994), no Novo Dicionário de Economia, definiu *commodity* como um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso da soja, açúcar, café, algodão, cobre, entre outros.

Pereira (2009) menciona que é comum que a terminologia *commodity* seja atribuída aos insumos ou matérias-primas. No entanto, Martins (2009) aponta que existem quatro tipos principais de *commodities*: a) as *commodities* agrícolas, como soja,

açúcar, café, trigo, suco de laranja, borracha, etc.; b) *commodities* minerais, como minério de ferro, alumínio, níquel, ouro, prata, petróleo, etanol, etc.; c) *commodities* financeiras, como moedas negociadas em vários mercados (como o Dólar), títulos públicos de governos federais, etc. e; d) *commodities* ambientais, como créditos de carbono.

De uma forma mais ampla, Matias *et al* (2005) definiu *commodity* como um produto não especializado, ou de tecnologia amplamente difundida, produzido e transportado em grandes volumes e comercializado em nível mundial. Ainda, Williamson (1989) aponta que a literatura caracteriza como *commodities* as mercadorias, em geral homogêneas, produzidas por diferentes produtores, cuja oferta e demanda são praticamente inelásticas no curto prazo e cujas transações são efetuadas em mercados organizados (MARTINS, 2009). Pereira (2009) ressalta que, apesar de existirem várias opções de negociação, os mercados futuros, em geral, possuem mais liquidez e transparência, servindo como referência na formação dos preços internacionais.

Em relação à instabilidade de preços e à necessidade de prever as oscilações do mercado de *commodities*, dada a importância desses produtos em termo mundiais, Pereira (2009) e Martins (2009) apontam:

Sob a perspectiva empresarial, a redução dos estoques globais de *commodities*, provocada pelo crescimento econômico de países como China e Índia, e a volatilidade nos preços do barril do petróleo têm feito com que as contes de energia renováveis provenientes de *commodities* agrícolas sejam tópico relevante no atual cenário econômico. E sob a perspectiva política, a volatilidade nos preços das *commodities*, os biocombustíveis e a possibilidade de falta de alimentos, principalmente para os países pobres, geraram debates em organismos internacionais, como a ONU – Organização das Nações Unidas (PEREIRA, 2009 apud MARTINS, 2009, p. 20)

De acordo com Moreira (2019), nesse cenário das *commodities*, há significativo protagonismo da cadeia de grãos baseada em uma agricultura empresarial, implicando em progressiva introdução e ampliação de monoculturas no contexto brasileiro, sobretudo a da soja. Esse grão tornou-se uma das *commodities* mais importantes do mundo, servindo de base para a produção de alimentos industrializados, ração animal, combustível e centenas de produtos industriais, elucidando a expansão das fronteiras agrícolas e da intensificação da atividade no Brasil.

Conforme Moreira (2019) e Oliveira e Hecht (2016), embora os Estados Unidos da América (EUA) se mantenham como maior produtor de soja, a América do Sul é atualmente a principal região produtora de soja do mundo, dado que o Brasil e a Argentina ocupam o segundo e o terceiro lugar no ranking dos maiores produtores do grão.

Na economia nacional, em 2019, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a 21,4% do PIB, dos quais 68% provém do ramo agrícola e 32% da pecuária (CEPEA, 2020<sup>8</sup>). Conforme o IBGE (2019), a soja lidera o ranking brasileiro das culturas que mais geram valor à produção, sendo responsável por R\$ 125,6 bilhões, o que representa 35% do valor total da produção agrícola do Brasil. Ainda, segundo dados do Ministério da Economia (2019), em 2019, dos dez principais produtos exportados pelo Brasil, seis eram *commodities* agrícolas, com destaque para a soja que lidera o ranking de exportação. Ainda, cerca de 79% da soja exportada pelo país teve como destino a China.

Repetindo a tendência do país, a soja possui grande importância econômica no Rio Grande do Sul, sendo que, de acordo com a previsão da CONAB (2021a), na safra 2020/21 o estado será o terceiro no ranking de produção com 20,1 milhões de toneladas. Em 2018, a produção de soja do estado somou R\$ 21,3 bilhões, de acordo com dados da PAM - Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2018). Além disso, conforme dados do Ministério da Economia (2018), a soja ocupa a primeira posição na pauta exportadora tanto do país quanto do Rio Grande do Sul. A participação da soja na pauta exportadora do estado, de acordo com o Ministério da Economia (2019), foi de 22,3% no ano de 2019, sendo que 21,46% da soja exportada teve a China como destino.

Esses dados confirmam o que Cunha et al. (2011) e Guedes (2020), ao analisarem a intensidade tecnológica nas exportações brasileiras no ciclo de alta dos preços das *commodities*, mencionaram dois principais elementos desse processo: a presença marcante da demanda global por *commodities* agrícolas e minério, nas quais

---

<sup>8</sup> O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) é parte do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq), unidade da Universidade de São Paulo (USP), localizada em Piracicaba/SP. É um grupo de pesquisas registrado no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

o Brasil é exportador, impulsionada pelo papel da China como grande e persistente comprador global e; a redução da participação da indústria na dinâmica econômica do Brasil.

De acordo com Moreira (2019), em relação à região do Pampa, apesar de ter sido marcada historicamente pela pecuária bovina de forma extensiva e do bioma local possuir as características ideais para a criação de gado, um acelerado processo de transformação produtiva e socioeconômica vem ocorrendo na região, promovido, principalmente, pela ampliação das áreas de soja e silvicultura. Nesse sentido, essas transformações são consideravelmente influenciadas pelo aumento do preço internacional das *commodities* agrícolas, em especial da soja, cujo avanço sobre áreas tradicionalmente utilizadas pela pecuária vem ocorrendo rapidamente (MOREIRA, 2019). Conforme Escher (2016) e Moreira (2019), o boom da soja no Brasil se deve ao expressivo aumento da demanda chinesa e o consequente aumento dos preços, sendo a contraparte brasileira à reestruturação da indústria de carnes na China para a criação do “complexo soja-carne”.

A Microrregião<sup>9</sup> da Campanha Meridional<sup>10</sup>, formada por 5 municípios, Aceguá, Bagé, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul, está em um processo de transformação. Conforme Moreira (2019), esse processo é observado de forma mais expressiva a partir dos anos 2000, quando as lavouras de soja começam a ganhar espaços mais significativos entre o portfólio de atividades desenvolvidas na região. Diante desse contexto, o recorte empírico selecionado para a realização dessa pesquisa foi o município de Dom Pedrito, no sul do Rio Grande do Sul, localizado na microrregião da Campanha Meridional. Este município foi escolhido pelo expressivo crescimento do cultivo de soja nas últimas duas décadas. Além disso, 32% do Valor Adicionado Bruto do PIB de Dom Pedrito resulta da agropecuária (IBGE, 2018), o que demonstra a influência desse setor na economia do município.

---

<sup>9</sup> Divisão geográfica utilizada pelo IBGE do estado do Rio Grande do Sul. Dividia o estado em sete mesorregiões, que por sua vez abrangiam 35 microrregiões, segundo o quadro vigente entre 1989 e 2017. Em 2017, o IBGE extinguiu as mesorregiões e microrregiões, criando um novo quadro regional brasileiro, com novas divisões geográficas denominadas, respectivamente, regiões geográficas intermediárias e imediatas.

<sup>10</sup> A Microrregião da Campanha Meridional corresponde, na nova divisão do IBGE, à região geográfica intermediária Pelotas e à região geográfica imediata Bagé, com alterações: a inclusão dos municípios de Candiota, Pinheiro Machado e Pedras Altas e exclusão de Lavras do Sul.

### 3 METODOLOGIA

Severino (2007) definiu o conceito de metodologia como “um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos”. Nesse sentido, foi escolhido um município cuja área plantada de soja aumentou 2900% em 20 anos (1999-2019), visando conhecer as causas que levaram à expansão do cultivo desse grão.

O município de Dom Pedrito, investigado na pesquisa, está localizado na Microrregião da Campanha Meridional e integra a Zona Sul do Rio Grande do Sul, na análise do uso da terra e estrutura fundiária. A partir da identificação do município que apresenta especialização produtiva em soja, arroz e atividade pecuária, são explorados os dados de produção de soja e crédito rural agrícola e pecuário, para demonstrar essa modificação no uso da terra e no cultivo do município.

Na revisão de literatura, realizou-se um levantamento histórico a partir de referencial bibliográfico, visando identificar a formação econômica do município de Dom Pedrito e apresentar a evolução dos cultivos e a representatividade da pecuária e da orizicultura na história municipal. De modo a comparar as evidências históricas com os dados apresentados na seção 4.

Os dados quantidade produzida de soja e arroz, área plantada, área colhida e valor da produção foram obtidos nas plataformas do IBGE, através das séries de dados da Produção Agrícola Municipal. Utilizou-se a “tabela 1612 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias” com recorte geográfico Brasil, Rio Grande do Sul e Dom Pedrito, com a especificação do cultivo “soja (em grão)” e “arroz (em grão)” e o período de 1998 a 2019.

Já as séries referentes ao crédito rural em Dom Pedrito, foram colhidas na plataforma “Matriz de Dados do Crédito Rural”, disponibilizada no site do Banco Central do Brasil. Usou-se as séries “quantidade e valor dos contratos de custeio agrícola por produto e por município” e “quantidade e valor dos contratos de custeio pecuário por produto e por município”. Os dados disponíveis para o município de Dom Pedrito são da safra de 2013-2014 a 2020-2021.

Ademais, serão utilizadas variáveis externas ao município, como a demanda internacional por *commodities* agrícolas, a evolução no preço da soja, a taxa de juros, a taxa de câmbio e o cenário econômico mundial em crise, com o intuito de identificar o quanto e como cada variável influenciou a alta de preços da soja.

As séries diárias de cotações/preços da soja e do arroz foram obtidas no site do CEPEA/ESALQ, na seção “preços agropecuários”. O período de disponibilidade de dados é de 2006 a 2021 e os preços não foram deflacionados. Além disso, a série referente à Taxa SELIC foi obtida através do SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais, disponibilizado pelo Banco Central do Brasil. Os dados sobre as quantidades e destinos das exportações brasileiras são originários da plataforma Comex Stat disponibilizada pelo Ministério da Economia.

## **4 DISCUSSÃO E DADOS**

### **4.1 O aumento da produção da soja**

De acordo com Wesz Júnior (2014) e Moreira (2019), o Cone Sul, que se consolidou como maior fornecedor de soja, contou com fatores externos e internos contribuindo para o processo de dinamização da soja. Em relação ao contexto internacional, os principais fatores responsáveis pela expansão da sojicultura são: aumento do preço em determinados períodos, redução dos estoques mundiais, estímulo à produção e consumo de energias renováveis, acordos comerciais entre os países (com garantia de compra do grão) e ampliação da demanda mundial da soja e de seus derivados, principalmente da China e outros países asiáticos (WESZ JÚNIOR, 2014; MOREIRA, 2019).

Para Oliveira e Hecht (2016) e Moreira (2019), a soja não é uma cultura básica simples, e sim uma matéria-prima agroindustrial, conforme mencionam:

Esta é a soja “material” que pode ser estudada e engajada como uso da terra, *commodities*, insumos industriais e sementes oleaginosas, que compreende um conjunto complexo de tecnologias e técnicas para a implementação flexível de sua produção em paisagens altamente variáveis, uma rede global de máquinas, armazéns, caminhões e navios canalizando fluxos de *commodities* para

múltiplos mercados ao redor do mundo, estruturados por uma diversidade ainda maior de instituições, relações sociais e práticas (OLIVEIRA; HECHT, 2016; MOREIRA, 2019).

Segundo a USDA (2015) e Moreira (2019), a produção de soja na América do Sul cobre mais de 57 milhões de hectares, mais do que em qualquer outro continente. Ainda, de acordo com Wesz Júnior (2014) e Moreira (2019), nos países da América do Cone Sul<sup>11</sup>, foi implementada uma série de programas e instrumentos de intervenção para estimular a produção de soja. Essas ferramentas podem ser agrupadas em ações setoriais (políticas de crédito rural, de preços, fundiárias e de ordenamento territorial, pesquisa agrônômica, assistência técnica, etc.) e não setoriais (políticas trabalhistas, ambientais, industrial, comercial, fiscal, cambial, tributária, migratória, energética, de infraestrutura e serviços, etc.).

Nesse contexto, Moreira (2019) aponta que o mercado da soja se insere em redes globais ao conciliar a complexa configuração atual da economia mundial e o histórico modelo de desenvolvimento agroexportador do Cone Sul, o qual está essencialmente vinculado aos produtos primários e/ou manufaturados baseados em recursos naturais.

Segundo Wesz Júnior (2014), Escher (2016) e Moreira (2019), expressivamente na década de 1970, os estímulos internos foram fundamentais para a inserção dos países do Cone Sul na rede global do mercado da soja. No Brasil, o grão passou a ocupar maiores áreas de terra no Brasil depois dos anos 1940, sendo que nas décadas de 1950 e 1960, a soja começou a ser incorporada como insumo suplementar na indústria de alimentos. Nos anos 1970, a sojicultura dá um salto em área cultivada passando de 1,3 para 8,8 milhões de hectares, e a produção passa de 1,5 milhão para mais de 15 milhões de toneladas, nesta década, a soja passou a ser insumo básico na produção de margarina e óleos vegetais, principalmente após campanhas publicitárias para introduzir novos hábitos de consumo.

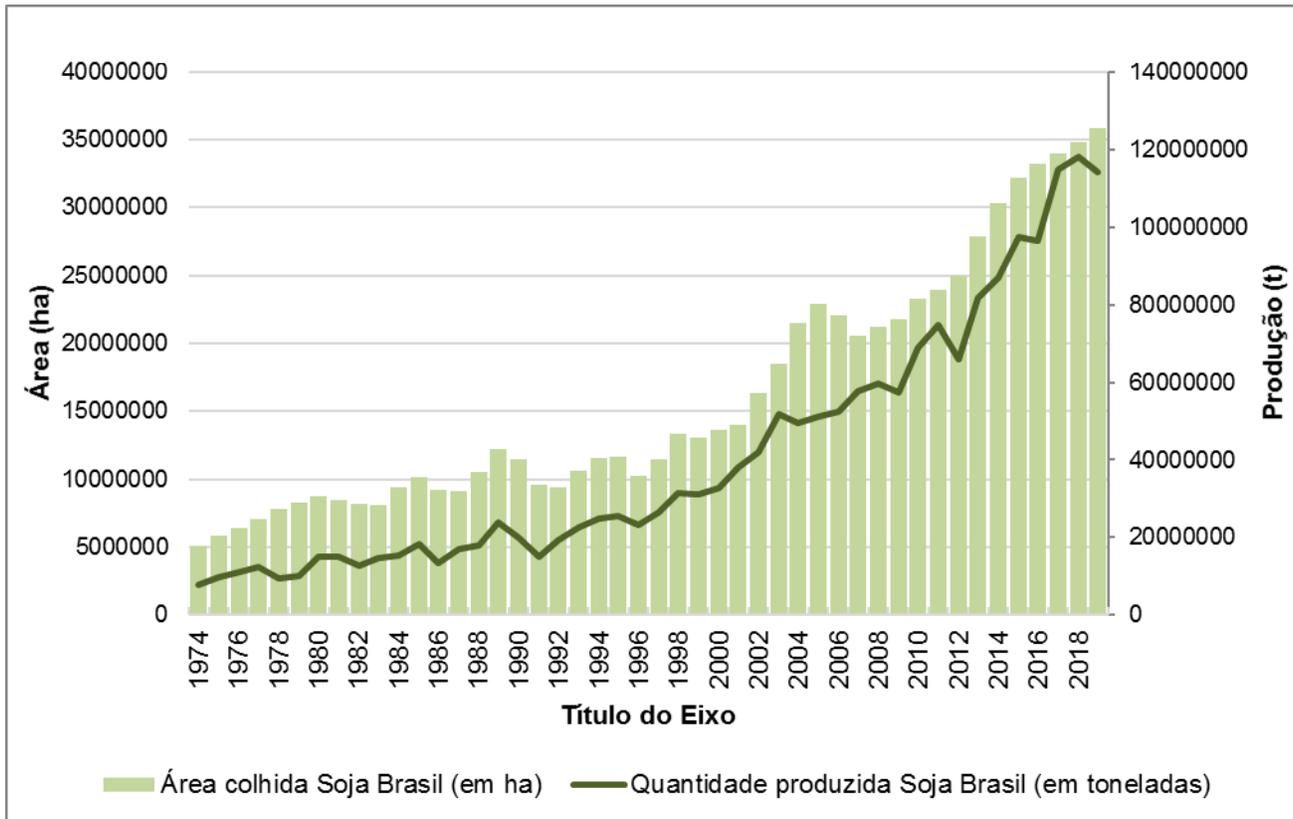
Goldfarb (2013) argumenta que a consolidação do “complexo soja” esteve condicionada fundamentalmente a dois fatores: a presença de uma conjuntura internacional extremamente favorável e a intervenção estatal na cadeia produtiva. O

---

<sup>11</sup> Cone Sul é uma região composta pelas zonas austrais da América do Sul, ao sul do Trópico de Capricórnio, formando uma espécie de grande península que define o sul do subcontinente.

gráfico abaixo apresenta dados da evolução da produção de soja no Brasil em termos de área cultivada e quantidade produzida:

**Gráfico 1 – Evolução da área e quantidade produzida (em t) de soja no Brasil – 1974-2019**



Fonte: Série histórica PAM – Produção Agrícola Municipal/IBGE. Elaboração própria.

De acordo com Moreira (2019), além de incentivos para a difusão do cultivo de soja, como infraestrutura, crédito rural e subsídios fiscais, os fatores estruturais foram essenciais para a expansão da sojicultura, como a promulgação da Lei Kandir, em 1996, que desonerou o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS) na exportação de matérias-primas, melhorando a competitividade desse produto, e manteve o ônus sobre produtos processados. Entretanto, segundo Escher (2016), o *boom* da soja aumentou as pressões do agronegócio, em especial por parte da Associação Brasileira de Produtores de Óleos Vegetais (ABIOVE) que solicitava a ampliação da demanda interna de esmagamento de soja. Essa iniciativa fez com que, em 2004, o governo estabelecesse o Programa Nacional de Produção e Uso de

Biodiesel (PNPB) que exige uma mistura de biodiesel, proveniente da soja, na composição do diesel (ESCHER, 2016; MOREIRA, 2019).

Ademais, contribuíram para este resultado, de expansão da soja, um conjunto de tecnologias de produção, como melhoramento vegetal com novas variedades de sementes transgênicas, técnicas de manejo como integração lavoura pecuária, técnicas para fertilidade do solo com plantio direto, controle de plantas daninhas, pragas e doenças com o uso de agroquímicos. Além disso, na década de 1980, com o desenvolvimento da criação de frangos e suínos em larga escala no sul do Brasil, o farelo de soja deixou de ser considerado resíduo e passou a ser utilizado como base das rações para os animais (ESCHER, 2016; MOREIRA, 2019)

Em 2019, conforme o Quadro 2, o Brasil produziu cerca de 114,3 milhões de toneladas de soja o que representa um aumento de 99% em relação a 2009 e, ao comparar com a quantidade produzida há duas décadas atrás (1999), observa-se uma ampliação de 269% da quantidade produzida. Já em relação ao valor da produção nacional, verifica-se que a soja foi a cultura que mais gerou valor à produção, totalizando R\$ 125,6 bilhões em 2019, correspondendo a mais de um terço da produção agrícola brasileira (IBGE, 2019).

**Quadro 2 – Dados da produção de soja no Brasil por década – 1999-2019**

<b>SOJA - BRASIL</b>	<b>1999</b>	<b>△</b>	<b>2009</b>	<b>△</b>	<b>2019</b>
Área colhida (em ha)	13.061.410	67%	21.750.468	65%	35.881.447
Quantidade produzida (t)	30.987.476	85%	57.345.382	99%	114.269.392
Valor da produção (em mil reais)	7.294.962	421%	37.988.043	231%	125.590.826

Fonte: Série histórica PAM – Produção Agrícola Municipal/IBGE. Elaboração própria.

Frente a esse cenário nacional de expansão da soja, o Rio Grande do Sul se destaca no cultivo do grão. Conforme a CONAB (2021a), na safra 2020/21, o estado deve ficar na terceira posição em termos de produção de soja, atrás apenas do Mato Grosso e do Paraná. Em extensão de área plantada, o Rio Grande do Sul é o segundo no ranking nacional, o que indica um potencial de aumento de produtividade, já que, de acordo com a CONAB (2021a), o estado tem um dos piores índices de produtividade (em kg/ha) em relação às demais Unidades da Federação.

**Quadro 3 – Dados da produção de soja no Rio Grande do Sul por década – 1999-2019**

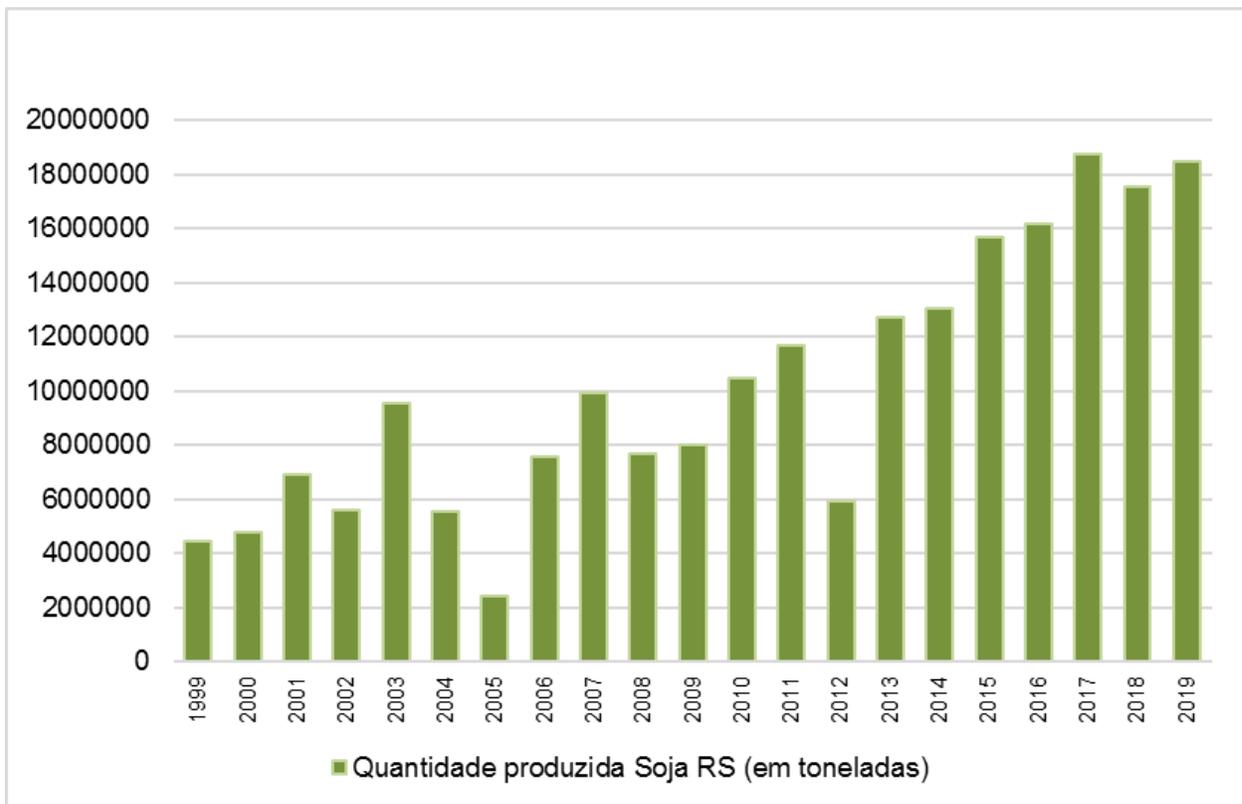
<b>SOJA - RS</b>	<b>1999</b>	<b>△</b>	<b>2009</b>	<b>△</b>	<b>2019</b>
Área colhida (em ha)	3.050.541	25%	3.821.936	52%	5.818.915
Quantidade produzida (t)	4.467.110	80%	8.025.322	130%	18.498.119
Valor da produção (em mil reais)	1.162.010	408%	5.898.631	250%	20.641.606

Fonte: Série histórica PAM – Produção Agrícola Municipal/IBGE. Elaboração própria.

Segundo Moreira (2019), até 2016, a soja consolidou-se nas regiões Noroeste, Nordeste, Centro Ocidental e Centro Oriental do Rio Grande do Sul. No entanto, entre 2010 e 2016, as áreas cultivadas do grão nessas regiões não apresentam apresentaram aumento significativo, apenas 21% em média. Por outro lado, nas regiões Sudoeste e Sudeste do estado, historicamente destinadas à pecuária, as áreas destinadas à sojicultura cresceram a uma taxa de 153% no mesmo período, apesar de ter uma média de produtividade de 31 sacas/ha, equivalente à metade das regiões anteriormente citadas que é de 64,15 sacas/ha (MOREIRA, 2019; IBGE, 2016).

Ao analisar detalhadamente a produção de soja no Rio Grande do Sul, no período de 1999 a 2019, pode-se observar o crescimento expressivo ocorrido a partir de 2013 (PAM/IBGE, 2021). De acordo com Moreira (2019), a soja tem ocupado principalmente áreas que eram dedicadas a outras culturas, como por exemplo, a pecuária. Conforme o Gráfico 2, em 2019, a quantidade de soja produzida no Rio Grande do Sul foi de cerca de 18 milhões de toneladas, apresentando um aumento de 5,5% comparado a 2018 (PAM/IBGE, 2021).

Gráfico 2 – Evolução da produção de soja no RS – 1999-2019



Fonte: Série histórica PAM – Produção Agrícola Municipal/IBGE. Elaboração própria.

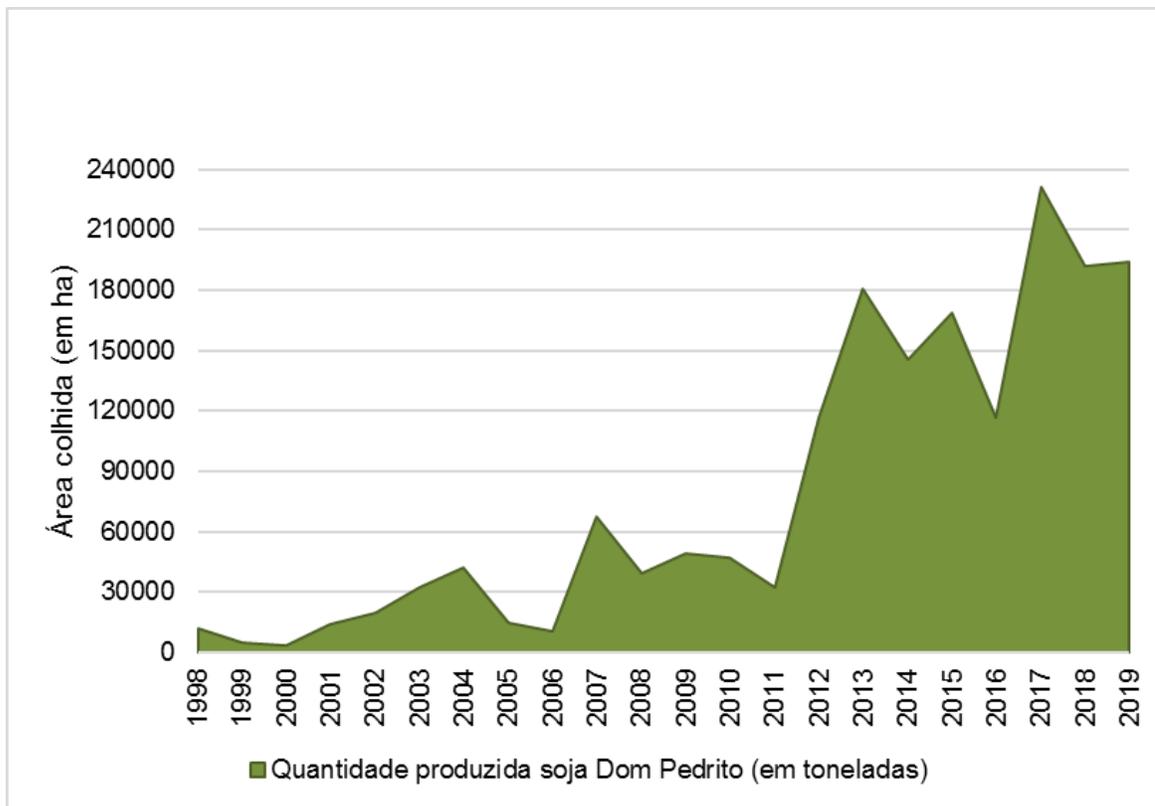
Segundo Moreira (2019), o município de Dom Pedrito enfrentou uma redução de 38.890 hectares de campos naturais, geralmente dedicados à pecuária, entre 2000 e 2017 (MOREIRA, 2019; MAPBIOMAS, 2019; IBGE/PAM, 2019). Por outro lado, no mesmo período, houve um aumento de 45.082 hectares de áreas destinadas à agricultura, totalizando 140.084 hectares em cultivos agrícolas em 2017, dos 500.000 hectares agricultáveis do município (MOREIRA, 2019; MAPBIOMAS, 2019; IBGE/PAM, 2019).

Ainda de acordo com Moreira (2019), no início do século XXI, a soja impulsionou uma significativa mudança no uso da terra em Dom Pedrito, sendo que em 2000 dos 95.002 atribuídos à agricultura a soja ocupava apenas 2000 hectares, isto é, 2,1% do total de terras agrícolas. Em 2017, as lavouras do grão já ocupavam 80.393 hectares dos 140.084 destinados às atividades agrícolas, o que corresponde a 57,4% do total.

Ademais, é possível observar uma expansão tanto das áreas resignadas à agricultura e o expressivo aumento da representatividade das lavouras de soja (MOREIRA, 2019).

De acordo com o Gráfico 3, no município de Dom Pedrito, tradicionalmente marcado pela orizicultura e a bovinocultura, é possível observar o expressivo avanço da soja entre os anos de 1999 e 2019, quando houve expansão de 3582% na quantidade produzida do grão, passando de 5,3 mil para 194 mil toneladas (PAM/IBGE, 2021). Conforme Gonçalves (2013), em 2011, ocorreu um acréscimo de mais de seis mil hectares no cultivo de soja, totalizando 26 mil hectares. O produtor do município foi impulsionado pela alta do preço da soja no mercado internacional e desvalorização do arroz, cultura que até então predominava nos campos da região.

**Gráfico 3 – Evolução da produção de soja em Dom Pedrito – 1998-2019**

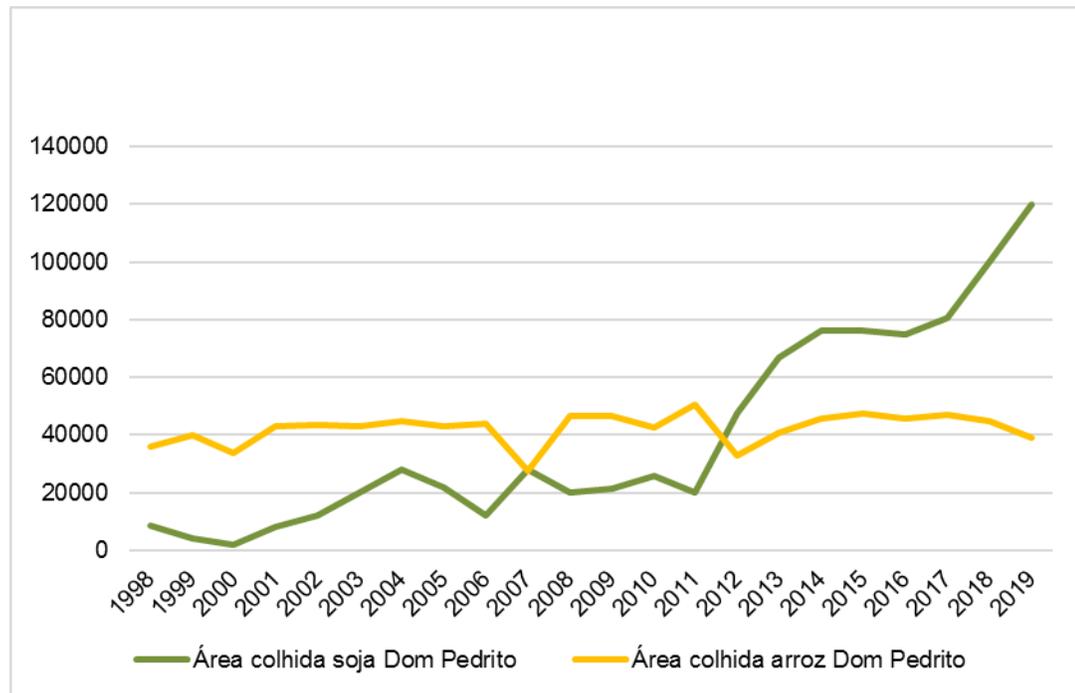


Fonte: Série histórica PAM – Produção Agrícola Municipal/IBGE. Elaboração própria.

Entre 1998 e 2011, a quantidade produzida média de soja em Dom Pedrito era de 27,8 mil toneladas, conforme PAM/IBGE (2019). Já no ano de 2012 a produção de soja passou a ser de 116,8 mil toneladas, um salto de quase 24% em relação à média

do período anterior (1998-2011). Nesse cenário, a partir de 2012 a orizicultura, cultivo tradicional do município passou a perde espaço para sojicultura, como pode ser verificado no Gráfico 4.

**Gráfico 4 – Evolução da produção de soja e arroz em Dom Pedrito – 1998-2019**

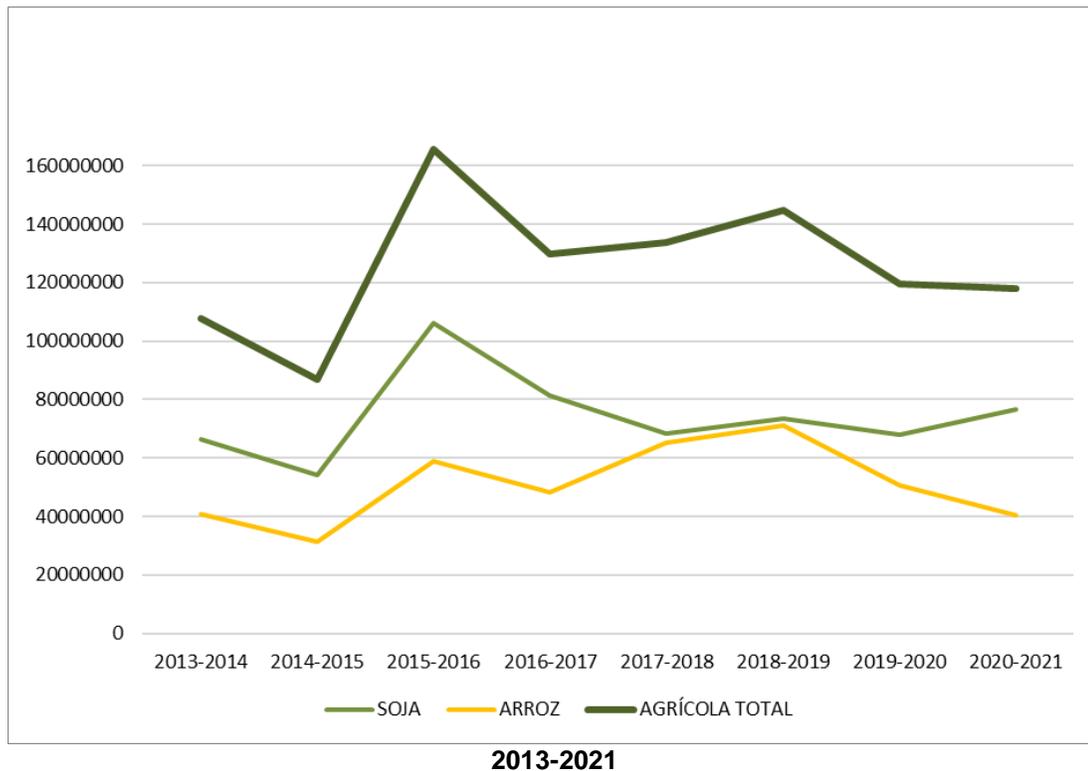


Fonte: Série histórica PAM – Produção Agrícola Municipal/IBGE. Elaboração própria.

No entanto, apesar da superação em área da produção de soja frente à de arroz, a orizicultura ainda possui uma produtividade consideravelmente maior. No ano de 2019, de acordo com dados da PAM/IBGE (2019), quantidade de arroz produzida em Dom Pedrito foi de 285 mil toneladas, enquanto a de soja foi de 194,4 mil toneladas, isto é, a orizicultura ainda produz 47% a mais em termos de quantidade.

A partir dos dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (2021), analisou-se os contratos de Crédito Rural tanto de Custeio Agrícola, quanto de Custeio Pecuário para o município de Dom Pedrito/RS. Para isso, foram utilizados os dados dos anos safras 2013-2014 a 2020-2021. O Gráfico 5 corrobora o que foi mencionado acima, em relação à tendência de substituição das áreas de orizicultura pela soja.

**Gráfico 5 – Crédito Rural: custeio agrícola total, de soja e de arroz em Dom Pedrito por safra –**



Fonte: Série de Crédito Rural BCB – Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

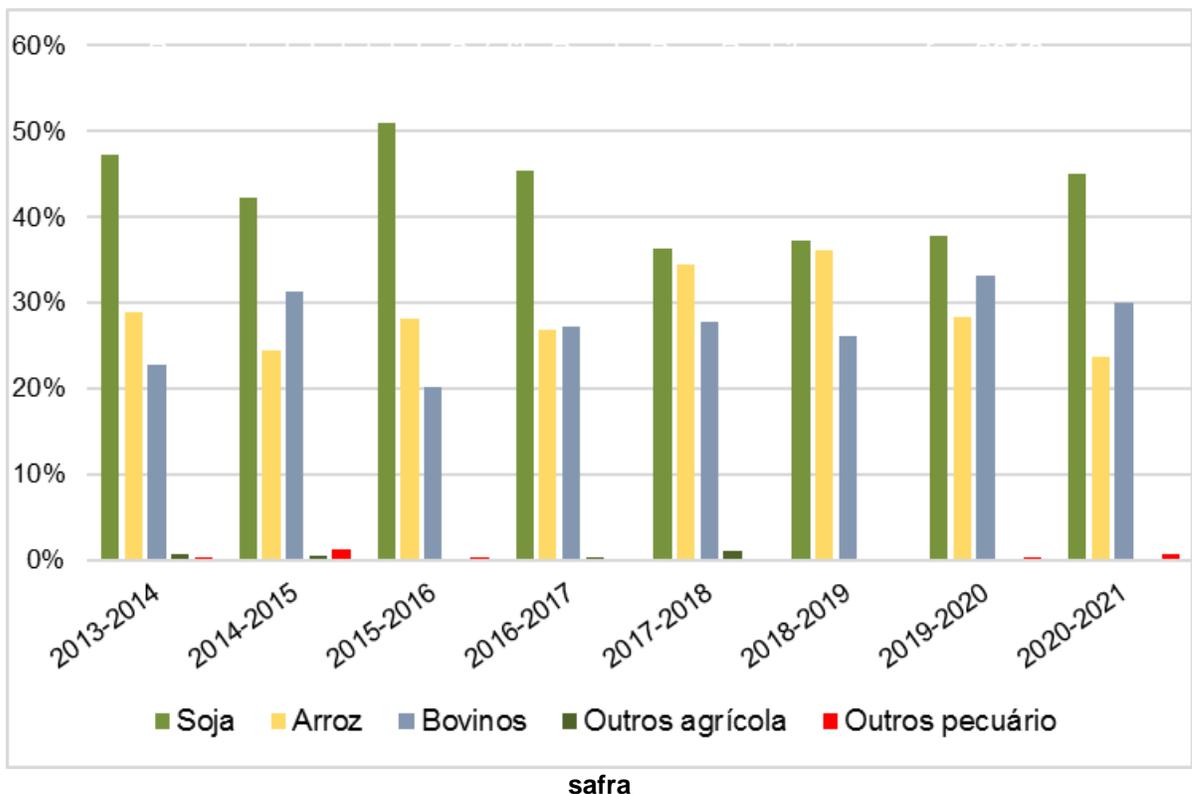
Observa-se que o custeio da soja tem ditado o curso do total agrícola e que, a partir da safra 2019-2020, há uma tendência clara de queda de crédito para o arroz e ascendência do custeio da soja. Conforme Moreira (2019) e Gonçalves e Sibaldelli (2018), na safra 2017/2018, foram avaliadas 20 áreas de soja, em 18 municípios da região centro-sul do RS, incluindo o município de Dom Pedrito. Os autores identificaram que na região avaliada, o crédito agrícola cobriu cerca de 70% dos custos da safra, que girou em torno de 30 a 35 sacas/ha, incluindo o custo do arrendamento das terras (GONÇALVES; SIBALDELLI, 2018; MOREIRA, 2019).

Ainda, conforme estudo realizado por Bráz (2018) visando analisar o comportamento do Pronaf-custeio na zona sul do RS, que compreende o recorte empírico desta pesquisa, com o intuito de verificar o comportamento do financiamento destinado ao agricultor familiar, identificou que essa modalidade de crédito está fortalecendo o cultivo de soja e aprofundando a especialização produtiva (BRÁZ, 2018; MOREIRA, 2019). Neste estudo, Bráz (2018) aponta que, em 2013, a soja era responsável por 50% dos valores financiados pelo Pronaf-custeio, enquanto no ano de

2017, esse percentual passou a ser 74,3% na zona sul do estado (BRÁZ, 2018; MOREIRA, 2019).

Com relação à substituição de outros cultivos pela soja, no Gráfico 6 abaixo pode-se verificar que a bovinocultura vem se comportando de forma semelhante ao arroz. A média da participação do custeio de soja no total geral do período analisado (safra 2013-2014 a 2020-2021) é de 43%, contra 29% e 27%, do arroz e da bovinocultura, respectivamente. Enquanto os outros tipos de custeio, tanto pecuário quanto agrícola, têm uma participação irrisória, visto que, somados, representam 1% do total de crédito rural.

**Gráfico 6 – Crédito rural: composição do custeio agrícola e pecuário (em R\$), em Dom Pedrito, por**



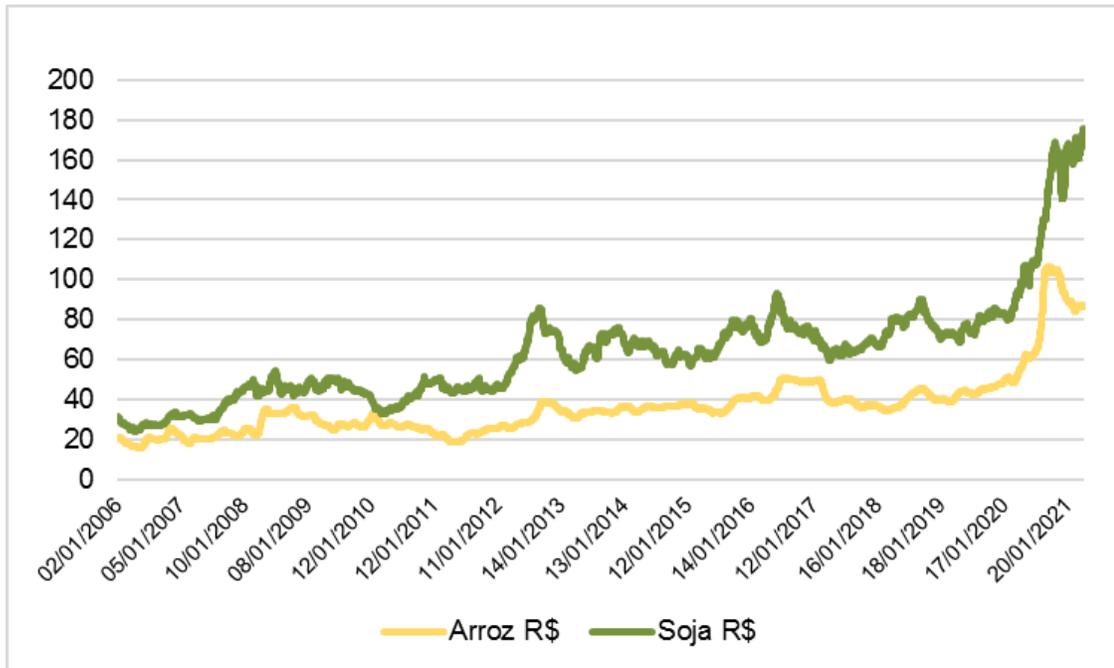
Fonte: Série de Crédito Rural BCB – Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O estímulo para a substituição do arroz pela soja se deu por conta do expressivo aumento dos preços da soja, que conforme o Gráfico 7 e dados da CEPEA (2021)<sup>12</sup>, apresentou no período de 2006 a 2021 um preço em média 74% maior que o do arroz.

<sup>12</sup> CEPEA - Soja em reais por saca de 60 kg e arroz em reais por saca de 50 kg, preços não deflacionados.

Sendo que no mês de março de 2021, a saca de soja custou 91% mais que a de arroz, com preço médio de R\$ 164,00 e R\$ 86,00, respectivamente.

**Gráfico 7 – Evolução da série de preços do arroz e da soja (em R\$) – 2006 - 2021**



Fonte: CEPEA/ESALQ. Elaboração própria.

#### 4.2 Fatores exógenos e o preço das *commodities* agrícolas

Fernandez (2020) elucida as grandes mudanças as quais a economia internacional enfrentou nas últimas décadas e que exerceram significativa influência no mercado de *commodities*. Ao mencionar Arruda (2008) e Black (2013), Fernandez (2020) cita que a primeira dessas mudanças foi o surgimento de um mercado internacional de capitais integrados e a segunda foi o rompimento do sistema de taxas de câmbio fixas de Bretton Woods.

Assim, com a mudança no sistema de taxas cambiais, as principais moedas (dólar americano, libra britânica, entre outras) passaram a flutuar relativamente às outras moedas importantes (FERNANDEZ, 2020). Essa flexibilização nas taxas de câmbio modificou os efeitos das políticas monetárias e fiscais na economia. Conforme Arruda (2008), com o surgimento dos mercados de capitais e a flexibilização das taxas de câmbio, uma política monetária contracionista, por exemplo, passou a induzir o fluxo

de capitais para dentro do país, valorizando a moeda nacional, diminuindo a competitividade das exportações e favorecendo as importações.

Nesse sentido, Fernandez (2020) enfatiza que o setor de bens transacionáveis passa a sofrer as consequências dos ajustes de política monetária. Um exemplo de setor de bens transacionáveis é a agricultura, a qual passou de uma posição quase isenta de efeitos para uma situação na qual carrega uma grande parcela do fardo dos ajustes de política monetária.

Visando evitar instabilidades macroeconômicas e crises financeiras, até 1998, o Brasil (e outros países) adotou o regime *crawling peg*, que mantinha a moeda nacional amarrada às flutuações das moedas mais fortes (FERNANDEZ, 2020; BLANCHARD, 2004). No entanto, em 1998, com uma sequência de crises e a insustentabilidade das políticas fiscais, o Brasil sofreu uma excessiva fuga de capitais e migrou para um sistema de câmbio flexível, gerando grandes oscilações na taxa de câmbio.

De acordo com Fernandez (2020), citando Maia (2003), essas modificações na economia brasileira na década de 1990 propiciaram uma mudança no papel histórico da agricultura de facilitador do crescimento industrial. Passando a maximizar o aproveitamento das vantagens competitivas da agricultura e sua participação para a acumulação de capital. Assim, o cenário da agricultura foi fortemente modificado pela ênfase na produtividade e na competitividade, pela abertura econômica, pela liberação comercial e pela crescente mobilidade de capitais (FERNANDEZ, 2020).

Segundo Arruda (2008), os preços das *commodities* agrícolas, mais especificamente soja e milho, sofrem influência das variáveis macroeconômicas, dado que, em um cenário de baixas remunerações e baixas taxas de juros<sup>13</sup> no mercado internacional observou-se um aumento na demanda dessas *commodities*. De acordo com Fernandez (2020):

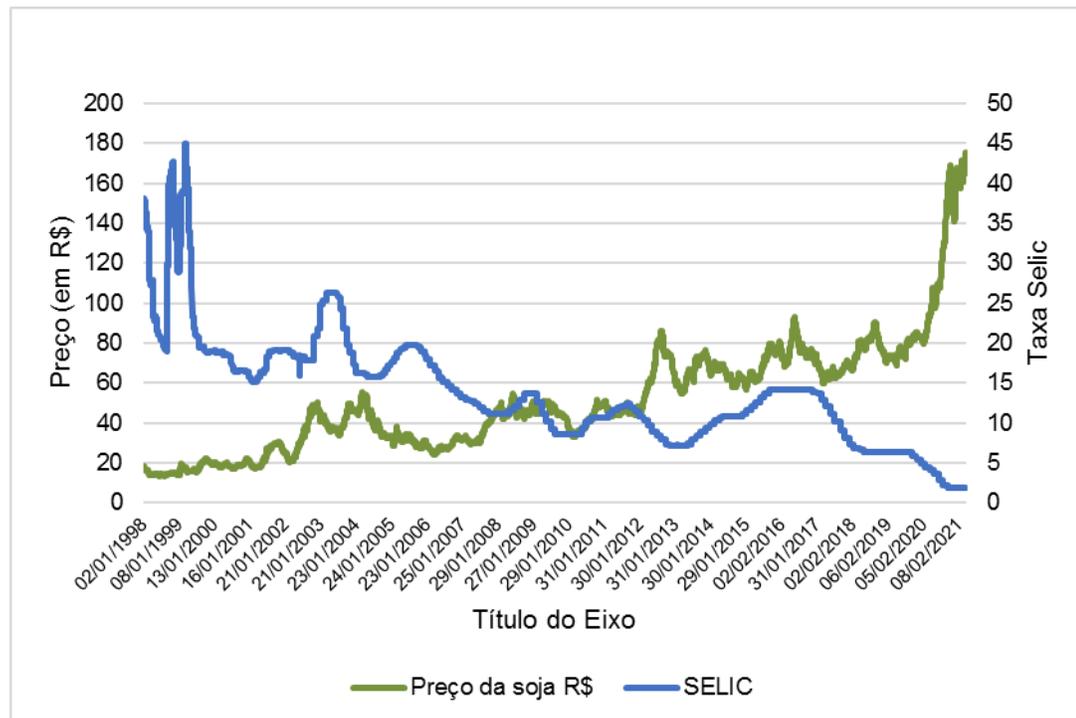
Nesse contexto, o trabalho apresenta evidências do potencial de elevações não-esperadas dos juros na contenção de alta dos preços da soja e do milho: a queda dos preços pode chegar a duas ou três vezes a elevação percentual dos juros após três ou quatro meses. A taxa de câmbio também tem um papel considerável sobre o preço da soja (mas não sobre o milho): aumentos não-esperados de 10% no câmbio podem elevar – após três meses – em mais de 8% os preços da soja. (FERNANDEZ, 2020, p. 20)

---

<sup>13</sup> Com relação à taxa de juros, é importante destacar que a taxa de juros real – aquela obtida descontando-se os efeitos da inflação – é que afeta diretamente os preços das *commodities*.

Souza e Veríssimo (2013), as pressões de demanda externa associam-se ao aumento dos preços das *commodities*, o que colaborou para o desempenho das exportações de bens intensivos em recursos naturais. Nesse sentido, observa-se no Gráfico 8 a tendência de proporcionalidade inversa entre a série de valores da Taxa Selic e dos preços da soja<sup>14</sup> entre os de 1998 e 2021. De modo a corroborar o que Fernandez (2020) menciona sobre a relação dessas variáveis.

**Gráfico 8 – Preço da soja em R\$ x Taxa SELIC - 1998 – 2021**



Fonte: CEPEA/ESALQ e Banco Central do Brasil. Elaboração própria

De acordo com Fernandez (2020), o nível de atividade dos grandes mercados emergentes é outro ponto que influencia os preços das *commodities* no mercado internacional. Nesse sentido, destaca-se as economias conhecidas como BRICS, acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

De acordo com dados Ministério da Economia (2021) apresentados no Quadro 4 que demonstra a evolução das importações dos cinco países que mais importaram a soja brasileira em 2019, os respectivos valores FOB (em US\$) e o percentual de participação na pauta de exportação da soja brasileira por década, de 1999 a 2019.

<sup>14</sup> A série de cotações diárias da soja foi obtida no site do CEPEA/ESALQ, os preços não foram deflacionados.

Ainda, ressalta-se o crescimento da participação da China, que em 2019, importou 78% da soja brasileira, alcançando mais US\$ 20 bilhões. Assim, elucida-se a importância da China como país e como mercado consumidor de produtos brasileiros e seu grande impacto sobre os preços das *commodities*.

**Quadro 4 – Destinos e valor da exportação de soja brasileira – por década, 1999-2019**

	2019 - Valor FOB (US\$)	%TOT	2009 - Valor FOB (US\$)	%TOT	1999 - Valor FOB (US\$)	%TOT
<b>TOTAL EXPORTADO</b>	<b>26.077.190.195</b>	<b>100%</b>	<b>11.424.264.951</b>	<b>100%</b>	<b>1.592.202.235</b>	<b>100%</b>
China	20.452.339.452	78%	6.342.964.920	56%	111.289.569	7%
Países Baixos (Holanda)	604.781.141	2%	974.309.547	9%	542.584.654	34%
Espanha	756.712.458	3%	791.891.231	7%	251.217.058	16%
Tailândia	602.178.142	2%	362.578.912	3%	9.838.325	1%
Turquia	443.780.775	2%	6.226.679	0%	2.501.323	0%

Fonte: Ministério da Economia - Comex Stat - Exportações Brasileiras - 2019. Elaboração própria

Em relação a essa evolução da China como parceira comercial brasileira, Fernandez (2020) elucida que apesar do Brasil e da China manterem relações comerciais desde a criação da República da China, em 1949, o fluxo comercial era praticamente inexpressivo. Ainda segundo a autora, nos anos 90 houve um *boom* do comércio bilateral e a China passou a ocupar a terceira posição no destino de exportações brasileiras e, em 2009, tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os Estados Unidos (MORTATTI, 2011; FERNANDEZ, 2020).

Fernandez (2020), em relação ao desempenho da economia chinesa, aponta:

Não constitui nenhuma novidade o desempenho econômico extremamente favorável da China desde as reformas iniciadas por Deng Xiaoping em 1978. Neste período, o PIB chinês apresentou um crescimento real médio anual de 10% - que se compara com uma taxa de 3,7% para o período 1960-1977 – ao mesmo tempo em que a inflação, na média, foi de 5% ao ano. De acordo com Nonnenberg (2010), nenhum outro país cresceu tanto quanto a China entre 1951 e 2007, à exceção de Taiwan e Cingapura. Entre 1951 e 1977, os quatro Tigres Asiáticos (Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul e Cingapura) e Japão cresceram a taxas anuais entre 7% e 8%, sendo que Taiwan avançou a um ritmo de 9,4%. Porém, nos 30 anos desde que tiveram início as reformas, nenhum outro país chegou perto do ritmo de crescimento da China. A diferença entre as alcançadas por esses países, entre 6% e 7%, e a média para a China, 9,7% ao ano, é bastante considerável em períodos muito longos como esses (NONNENBERG, 2010; FERNANDEZ, 2020, p. 21).

Tal performance vem despertando um grande interesse mundial, principalmente devido à característica de emergência chinesa e sua capacidade de influenciar a economia internacional, seja em termos de padrões de comércio ou de fluxo de

capitais, uma vez que a China é um grande mercado consumidor, fundamentalmente de *commodities* (FERNANDEZ, 2020; MORTATTI, 2011). Prates (2007) ressalta a importância da China para o incremento dos preços das *commodities*, afirmando que o crescimento econômico da China tem sido apontado como um dos principais determinantes da alta dos preços das *commodities* após 2002 (PRATES, 2007; FERNANDEZ, 2020).

Fernandez (2020) menciona que esse crescimento teria sido liderado por setores intensivos em *commodities* metálicas e industriais que pressionaram a demanda por esses bens. Ao mesmo tempo em que o crescimento populacional estimulou a compra externa de alimentos e demais *commodities* agrícolas.

Barros (2021), sobre as circunstâncias econômicas na pandemia e a possibilidade de ocorrência de um novo “*boom*” das *commodities* agrícolas, afirma que não há fundamentos setoriais no momento para um novo ciclo de forte alta. Ainda aponta que o ciclo observado nos anos 2000 foi decorrente de um fator real, que foi a aceleração da demanda mundial motivada pelo avanço inédito da economia chinesa, de 8% a 12% ao ano, o que levou os preços das *commodities* a dobrarem em oito anos. Os elevados patamares de preços foram retomados depois de sedimentados os efeitos da crise de 2008 até 2014. A partir de então, observou-se mercados aparentemente equilibrados, com os preços se sustentando graças aos elevados níveis de renda e consumo alcançados pela China que vinha evoluindo em torno de 7% ao ano (BARROS, 2021).

Conforme Barros (2021), com a pandemia do Covid-19, que assola o mundo desde o início de 2020, grande parte dos países apresentaram decréscimos em suas economias. Já a China apresentou um crescimento de 2%, significativamente inferior à média dos anos anteriores, mas de acordo com Barros (2020) é esperada uma retomada aos níveis pré-crise em 2021. Com isso, os preços das *commodities* deverão manter os patamares favoráveis dos últimos cinco anos, independente dos rumos (incertos) da pandemia, pois alimentos e matérias-primas agrícolas são bens de grande prioridade, resistindo mesmo diante de crises econômicas e não devem se impactar demasiadamente frente a uma recuperação econômica que possa vir a ocorrer num cenário otimista (BARROS, 2021).

Barros (2021), menciona ainda que as *commodities*, por serem armazenáveis e possuírem uma oferta relativamente inelástica no curto prazo, admitem importantes efeitos do lado financeiro, associados essencialmente à liquidez mundial e ao comportamento dos juros, especialmente no Estados Unidos. O cenário mais provável em 2021, para Barros (2021), é o de alta liquidez mundial e baixas taxas de juros, ideal para uma desvalorização do Dólar, o que atrai a atenção para investimentos em commodities (BARROS, 2021).

Ainda segundo o autor, em relação ao agronegócio brasileiro, a agropecuária segue em uma trajetória com taxa anual real de crescimento de longo prazo de 3,5% ao ano, ante os 2,2% para o país, e com exportações expandindo seus valores, em média, a mais de 6% ao ano (BARROS, 2021). Nesse sentido, a tendência é que haja manutenção do crescimento do agronegócio e do uso de insumos portadores de tecnologias, até que surjam concorrentes mais eficientes no mercado ou que o Brasil deixe de proporcionar incentivos ao agronegócio, pois as exportações viabilizam a escala de produção baseada na tecnologia, bem como a competitividade externa e a alimentação a custo acessível aos cidadãos brasileiros (BARROS, 2021).

## **5 CONCLUSÃO**

Ao analisar os dados explorados na pesquisa, bem como o referencial bibliográfico, é possível inferir que houve uma mudança significativa no uso da terra no município de Dom Pedrito, com a soja avançando sobre os campos tradicionalmente destinados à orizicultura e à bovinocultura. De 1998 a 2019, esse avanço corresponde a 2900% em termos de aumento de área cultivada e de 3580% em ampliação da quantidade produzida (PAM/IBGE, 2019).

Nesse sentido, tanto a nível estadual, quanto municipal, o avanço da soja acarreta uma redução das áreas destinadas à bovinocultura, o que, entre outros fatores, vem ocasionando uma redução na oferta de bovinos. Moreira (2019) aponta que, segundo os pecuaristas de Dom Pedrito, os principais fatores que contribuíram para o expressivo avanço das lavouras de soja no Pampa brasileiro foram estruturas já consolidadas das lavouras de arroz, nas quais a soja foi utilizada primeiramente para rotação de lavoura e a integração lavoura-pecuária, com utilização de pastagens para

alimentar os animais durante o período de inverno. Sobre a relação entre bovinocultura de corte e sojicultura, Moreira (2019) menciona que estes cultivos ora estabelecem uma relação de complementaridade, ora de concorrência entre si.

Além disso, essa expansão foi beneficiada pelo valor atrativo pago pela saca de soja nos últimos anos, mais expressivos a partir da primeira década dos anos 2000 (MOREIRA, 2019). Desse modo, os valores mais elevados pagos aos arrendatários e o ganho de produtividade a partir da moderna tecnologia empregada no cultivo do grão tornaram-se incentivo para ampliar o cultivo da soja no município de Dom Pedrito (MOREIRA, 2019). Ainda, os produtores pedritenses entrevistados por Moreira (2019) apontam alguns fatores para o cultivo da soja como: maior e mais rápida rentabilidade das lavouras de soja quando comparada à bovinocultura de corte, a experiência no cultivo de lavouras e a disponibilidade de áreas para a implementação de lavouras de soja por meio de arrendamentos (o que exige um investimento inicial menor que a aquisição de terras).

Nesse contexto, é importante destacar que são exógenos os principais fatores que originaram essas mudanças nos rumos produtivos do município, conforme os princípios da teoria da base de exportação, de Douglass North. Os dados evidenciam que o fator direto que motivou a mudança de cultivo por parte dos produtores foi a valorização de preço da soja, tornando a sojicultura uma atividade mais rentável em comparação à pecuária e à produção de arroz. Esse aumento de preços se deu por influência da taxa de juros, da taxa de câmbio, da expansão da demanda chinesa e da instabilidade do mercado mundial devido à pandemia.

No entanto, a expansão da produção de soja nessas proporções significa uma ampliação da dependência do município em relação a fatores fora de seu controle, aumentando os riscos para a economia local. Em primeiro lugar, o avanço da soja ocasiona uma tendência de especialização produtiva, o que é positivo em termos de aumento de rentabilidade do produtor (em comparação com bovinocultura e orizicultura), de tecnologia para o setor e de produtividade do grão. No entanto, traz riscos de concentração de renda nas mãos dos maiores produtores, agravando as desigualdades sociais no meio rural (BRÁZ, 2018).

Além disso, não havendo diversificação produtiva, são ampliadas as consequências de fatores climáticos ou oscilações de preços, uma vez que todos os esforços são direcionados a apenas um produto e, conforme Moreira (2019), alguns produtores consideram que a bovinocultura de corte é menos vulnerável às condições climáticas do Pampa e às oscilações do mercado financeiro, por isso mais segura quando comparada ao cultivo da soja. Ademais, é necessário considerar que grande parte da soja produzida no país tem como destino o mercado externo, o que envolve uma quantidade ainda maior de variáveis influenciando os preços e a demanda, como questões diplomáticas, a concorrência internacional na produção de *commodities* e a renda do resto do mundo.

Nesse sentido, conforme Costa e Junior (2013), a renda do resto do mundo pode ser considerada uma variável de choque externo à economia de um país, característica que é intensificada quando os países são dependentes de exportações de *commodities*, pois são mais sensíveis a instabilidades da demanda global, inclusive as oscilações da renda dos principais parceiros comerciais, havendo uma relação direta entre as exportações locais e a renda externa (COSTA E JUNIOR, 2013). Assim, de acordo com Braga e Oliveira (2018), a China aparece como um dos principais motivos da tendência de primarização da pauta exportadora e há uma relação direta entre a renda chinesa e os resultados comerciais do Brasil. Por essa razão, mesmo durante a pandemia, não houve prejuízo às exportações de soja, já que a economia da China continuou apresentando crescimento, embora menor que nos anos anteriores.

Dessa forma, é fundamental que os produtores de Dom Pedrito busquem formas de amenizar os riscos das oscilações de preços do mercado internacional, o que pode ser feito, por exemplo, por meio da prática de operação de contratos futuros. Ademais, é necessário que os produtores se protejam dos riscos climáticos, através de seguros e da utilização de práticas adequadas de manejo e conservação do solo, visando a manutenção e ampliação da produtividade, bem como a diversificação produtiva. Nesse sentido, em Dom Pedrito, a integração lavoura-pecuária pode ser uma alternativa para mitigação do risco.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, F. D.; SILVEIRA, V.C.P. Evolução das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 26, p. 1-15, jun./2008.
- AREND, M. Abordagem evolucionista para análise do desenvolvimento e do desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 3 ed., 2006, Porto Alegre.
- AREND, M.; CÁRIO, S. A. F. Origens e determinantes dos desequilíbrio no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da teoria institucional de Douglas North. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. especial, p. 63-94. 2005. <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/2076/2458>>. Acesso em 05 jun. 2020.
- ARRUDA, A.F.A. **Macroeconomia e preços de commodities agrícolas**. 2008. 125 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.
- BCB – Banco Central do Brasil. **Matriz de Dados do Crédito Rural – Contratações**. 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- BCB – Banco Central do Brasil. **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. 2021. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- BANDEIRA, P. S.; As raízes históricas do declínio da região Sul. In: ALONSO, José Antônio Fialho.; BANDEIRA, Pedro Silveira; BENETTI, M. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1994.
- BANDEIRA, P. S. (Coord.) (1998). **Desequilíbrios regionais: crescimento regional no Rio Grande do Sul – tendências e desafios**. Porto Alegre, Secretaria da Coordenação e Planejamento, Projeto RS-2010.
- BANDEIRA, P. S.. (2003) Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul, In: GONÇALVES; BRANDÃO; GALVÃO (2003) **Regiões e cidade, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**, São Paulo, Editora UNESP-ANPUR, 2003. p. 519-548.

BARRETO, V. A. V.. **Dom Pedrito, cidade e campo: a modernização agrícola e a cidade local**. 2011. 179 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2011.

BARROS, G. Mercado de *commodities* agrícolas: um novo boom?. **Opinião CEPEA – ESALQ/USP**. São Paulo, fev. 2021. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opinio-cep/mercado-de-commodities-agricolas-um-novo-boom.aspx>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BATALHA, M. O. (2012). **Gestão Agroindustrial**: GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais, v. 2, 3 ed. São Paulo: Atlas. 419p.

BECATTINI, Giacomo. O Distrito Marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, Georges; LIPIETS, Alain (Org.). **As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta, 1994.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. 2017. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4678>>. Acesso em 05 jun. 2020.

BELLUZZO, L. G.; FRISCHTAK, C.; LAPLANE, M. **Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico**. 2014. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 2014.

BENETTI, M.D. O agronegócio gaúcho entre os anos 1980 e 2008. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C.; GRANDO, M.Z.; TERUCHKIN, S.U.; FARIA, L.A.E. **O movimento da produção**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha, v.2).

BLACK, C. Eventos relacionados ao superciclo das *commodities* no século XXI. IE. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 40, nº 2, 2013. Disponível em: <<https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/indicadores/article/view/2811/3119>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BORGES, Sávio Costa; SIMÕES, Fernanda de Souza Brito; TRINDADE, Silvana de Lima. A relação entre a produção de soja e o PIB do município de Dom Pedrito/RS. **Revista Científica Agropampa**, v.2, n.2, p. 169-180, 16 jul. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Agropampa/article/view/138>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRAGA, Francisco Laercio Pereira; OLIVEIRA, Ana Claudia Sampaio de. A Influência da Taxa de Câmbio e Renda Mundial Sobre as Exportações Brasileiras de Soja (2000-2015). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 56, n. 4, p. 663-680, Out. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032018000400663&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032018000400663&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 mai. 2021.

BRASIL–Ministério da Economia. **Comex Stat - Exportações Brasileiras**. 2020. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BRASIL– Ministério da Economia. **Comex Stat - Exportações Brasileiras**. 2019. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRÁZ, Cauê Assis. **O PRONAF-Custeio na zona sul do estado do Rio Grande do Sul**. 2018. 63 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil**: Um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Disponível em: <[www.cedeplar.ufmg.br](http://www.cedeplar.ufmg.br)>. Acesso em 05 jun. 2020.

CARDOSO, Fernando H. (1977). **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CARGNIN, A. P. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**: vestígios, marcas e repercussões territoriais. 1.ed. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2014.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA; CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Relatório PIB do Agronegócio**. 06 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agronegocio-encerra-2019-com-alta-de-3-81.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA; CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Indicador da soja CEPEA/ESALQ - Paraná**. Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/soja.aspx>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

COELHO, J. G. (2010). **Coredes, regionalização e participação popular**. In: PRÓ-RS IV - Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014). Passo Fundo, Passografic, 2010. p. 20-34.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Acompanhamento safra brasileira grãos**, v. 8. Quinto levantamento, safra 2020/21, Tabela de levantamento, Brasília. 2021a. Disponível em: <[https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos/item/download/35818\\_f9638f460b06b8d623d8963949bb1aa0](https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos/item/download/35818_f9638f460b06b8d623d8963949bb1aa0)>. Acesso em: 08 mar. 2021.

COSTA JÚNIOR, C. J. Choques estocásticos na renda mundial e os efeitos na economia brasileira. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**, v. 9, n. 4, p. 51-60, out./dez. 2013.

CRUZ et al. **Economia Regional Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília. IPEA. 2011.

CUNHA, A. M. et al. A intensidade tecnológica das exportações brasileira no ciclo recente de alta nos preços das *commodities*. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, 2011. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2623>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

DA COSTA, M. B.; MAINARDI, C. F. A ascensão das lavouras de soja no município de Dom Pedrito/RS. 2017. **Revista da Jornada da Pós-Graduação e Pesquisa – CONGREGA – URCAMP**, Dom Pedrito, RS, 4 ed., 2017.

DALBIANCO, V. P.; BRITO, A. N. S.; NEUMANN, P. S. **A concentração fundiária na Metade Sul Rio-Grandense**: uma análise sobre a utilização dos corredores para a criação de bovinos na APA do Rio Ibirapuã. In: SOBER CONGRESSO, p. 47, 2009, Porto Alegre.

DEE/RS – Departamento de Economia e Estatística. **Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG)**. 2019. Disponível em: <<https://dee.rs.gov.br/publicacoes-antiores-5e31f6b927b91#panel-1597233233673>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

DE LACERDA, M. A. D.; DE LACERDA, R. D.; ASSIS, P. C. de O. A participação da fruticultura no agronegócio brasileiro. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. v.4. n.1. 2004.

DOM PEDRITO. **Estudo socio-econômico do município de Dom Pedrito**: 1º centenário de emancipação política. Dom Pedrito: Prefeitura Municipal, 1972.

ESCHER, Fabiano. **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural**: Uma análise institucional comparativa de Brasil e China. 2016. 303 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2016.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Maria Esther (Coord.). **A cidade e seus limites**: as contradições do urbano na "Califórnia Brasileira". São Paulo: Annablume; FAPESP; Ribeirão Preto: UNAERP, 2004.

FERNANDEZ, A. F. A. **Impactos da taxa de câmbio, preços das commodities e renda mundial sobre as exportações do agronegócio brasileiro entre 1997 e 2018**. 2020. 142 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2020.

FERRAZ, J. C.; MARQUES, F. S. A Construção de Vantagens Competitivas Dinâmicas a partir das Commodities. In: BELLUZZO, L. G.; FRISCHTAK, C.; LAPLANE, M. **Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico**. 2014. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 2014.

FERREIRA, F.D.S.; DE MEDEIROS, E.H.O. Teoria da Base de Exportação: uma avaliação da base de exportação da Região Sul do Brasil. 2016. **Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás**. Anapólis, GO: v. 12, nº 2, p. 237-251, jul./dez. 2016.

FONSECA, P. C. D. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FONTOURA, Luiz F.M. **Macanudo Taurino: uma espécie em extinção?** Um estudo sobre a modernização da pecuária na região da Campanha gaúcha. São Paulo: USP, 2000. Tese de Doutorado.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. OECD-FAO **Agricultural Outlook 2020-2029**. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca8861en/CA8861EN.pdf>>. Acesso em 21 jan. 2021.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Nacional, 1980.

GONÇALVES, Sérgio Luiz; SIBALDELLI, Rubson Natal Ribeiro. Riscos climáticos e viabilidade econômica da produção de soja no sul do Rio Grande do Sul. Comunicado Técnico Embrapa. Paraná. 2018

GUEDES, C. M. G.. **Fazer escolhas ainda é possível?** Como a intensidade das mudanças no domínio e uso da terra podem influenciar nos compromissos determinados pelo Brasil sobre mudanças climáticas. 2020. 212 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2020.

HENTZ, A. C. G. **A pobreza na Metade Sul do Rio Grande do Sul**. 2013. 73 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HIRSCHMAN, A. O. Estratégia do desenvolvimento econômico. In: SCHWARTZMAN, Jaques. **Economia Regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: SIDRA**. 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/lspa/tabelas>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**: área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto**. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

ILHA, A. S.; ALVES, F. D.; SARAIVA, L. H. B. Desigualdades regionais no Rio Grande: o caso metade sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, ed.1., 2002, Porto Alegre.

LAPLANE, M.; DA SILVA, A. L. G.; SERRA, M. Recursos Naturais e Desenvolvimento Econômico. In: BELLUZZO, L. G.; FRISCHTAK, C.; LAPLANE, M. **Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico**. 2014. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 2014.

LATOUCHE, Serge. Padrão de vida. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

LINS, A. do E.; LIMA, J. P. R.; GATTO, M. F. Uma Aplicação da Teoria da Base Exportadora ao Caso Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, CE, v. 43, nº 01, p. 9-32, jan. / mar. 2012.

MAPBIOMAS. **Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil**. Disponível em: <<http://mapbiomas.org/stats>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

MARTINS, S. F. O papel da cidade do Rio Grande (RS) na economia rio-grandense durante a industrialização dispersa (1873/1930). In: JORNADAS DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA, 1., 2005, Porto Alegre.

MARTINS, T. M. **Ciclos e previsão cíclica dos preços das commodities**: um modelo de indicador antecedente para a *commodity* açúcar. 2009. 151 p. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MATEI, A. P.; FILIPPI, E. E. O bioma pampa e o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6., 2012, Porto Alegre.

MATIAS, M. A. *et al.* Análise de padrões de comportamento de preços com fins de projeção de receita: testes estatísticos em uma série temporal de preços da *commodity* cobre. **Brazilian Business Review**. Vitória, v. 2, n. 2, p. 113-130, jul. / dez. 2005.

MATTE, A. Mudanças produtivas no Pampa brasileiro: impactos, vulnerabilidade e estratégias de reação. In: SUZUKI, J. C.; LAURENT, F.; ARAÚJO, V. B. (Org.). **Transições produtivas, agroecológicas e culturais no campo brasileiro**. 1ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2019. p. 93-123.

MOREIRA, Juliana Gomes. **Transformações produtivas no pampa brasileiro**: as mudanças na bovinocultura de corte diante do avanço da soja. 2019. 107 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2019.

NONNENBERG, M. J. B. China: estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**. V. 30, n. 2, São Paulo. Abr. / Jun. 2010.

NORTH, Douglass. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ CETREDE-MINTER, 1977.

ODERICH, Edmundo Hoppe; WAQUIL, Paulo. “Municípios dependentes da soja no Rio Grande do Sul: aspectos demográficos e socioeconômicos”. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 33, p. 107-112, 2019. Disponível em: <<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/4323>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PEREIRA, L. M. **Modelo de formação de preços de commodities agrícolas aplicado ao mercado de açúcar e álcool**. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Administração)

– Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional**: lógica espacial das transformações econômicas. Coimbra: APDR, 1998.

PORTER, Michael. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PRATES, Daniela Magalhães. A alta recente dos preços das *commodities*. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 27, n. 3, p.323-344, set. 2007. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572007000300001&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572007000300001&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 09 mar. 2021.

RIBEIRO, Cláudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 300 p. 2009. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR, UFRGS, Porto Alegre, 2009. Tese de Doutorado.

ROCHA, J. M. **As raízes da crise na Metade Sul**: estudo da formação econômica do Rio Grande do Sul. Jaguarão: Federação Universidade Federal do Pampa, 2011.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de Economia**. São Paulo: Abril, 1994.

SCHUH, A. B. et al. Perfil industrial do Rio Grande do Sul e a hipótese de desindustrialização. **Perspectiva Econômica**, v. 13, p. 116-133, 2017. Disponível em: <[http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/images/anais\\_2016/PERFIL-INDUSTRIAL-DO-RIO-GRANDE-DO-SUL-E-A-HIPTESE-DE-DESINDUSTRIALIZAO.pdf](http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/images/anais_2016/PERFIL-INDUSTRIAL-DO-RIO-GRANDE-DO-SUL-E-A-HIPTESE-DE-DESINDUSTRIALIZAO.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2021.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 5ª ed., jul. 2020. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Anderson do Couto. **Desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**: uma perspectiva dos 25 anos dos COREDES e a relação com as desigualdades regionais históricas do Estado. 2016. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOUSA, Caroline de. **Clusters Industriais: vantagem competitiva e desenvolvimento regional**. Dissertação (Pós- Graduação em Economia) – Faculdade de Ciência Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SOUZA, André Luiz Alvarenga. Escoamento de *commodities* agrícolas brasileiras. In: ZUFFO, Alan Mario; AGUILERA, Jorge González. **Agricultura 4.0**. Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020, p. 58-78.

SOUZA, N.J. Conceito e aplicação da teoria da base econômica. **Revista Perspectiva Econômica**. UNISINOS. São Leopoldo, RS, v. X, nº 25, p. 117-130, mar. 1980.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento regional**. São Paulo, Atlas, 2009.

SUNKEL, Osvaldo. A sustentabilidade do desenvolvimento atual na América Latina. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Unesp; Edusp, 2001.

TAJES RUAS, D. et al. A economia e o agronegócio no Brasil e Sul do Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 105, 2008.

VERSCHOORE, Jorge Renato de Souza. **Metade Sul: uma Análise das Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul**. 2000. 170 p. Dissertação (Pós- Graduação em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

WAQUIL, P. D.; FILIPPI E. E. Desigualdades regionais e desempenho diferenciado dos municípios do Rio Grande do Sul: uma análise a partir de elementos rurais. In: PAIVA, C. Á. (org.). **Evolução das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 232-254.

WILLIAMSON, J. **Economia aberta e a economia mundial**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

WOLFFENBÜTTEL, A. O que é FOB? 2006. **Revista Desafios do Desenvolvimento - IPEA**, Brasília/DF. Ano 3. Ed. 27, out. 2006. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2115:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2115:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 22 abr. 2021.